



ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de sistema estruturador de informação, inteligência e integração de Governo aplicável às necessidades do Município de Birigui – SP, incluindo os serviços de implantação, customização, operação assistida, suporte, treinamento e infraestrutura tecnológica.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de uma **SOLUÇÃO INTEGRADA** composta de licenças perpétuas de sistemas informatizados, com fornecimento de bens e serviços que constituem o objeto do CONTRATO, para o aprimoramento e expansão dos serviços e infraestrutura disponibilizados pelo Município de Birigui - SP no que tange à modernização dos cadastro corporativos, assim denominados o cadastro de Cidadãos, de Inscrições Imobiliárias e de Inscrições de Atividades Econômicas, integrando as informações geradas através de um sistema estruturador de informação, inteligência e integração de Governo, de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência

FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2. Considerações iniciais

- a) O CONTRATANTE do serviço objeto deste Edital é a PREFEITURA do Município de Birigui - SP, doravante denominada PREFEITURA.
- b) É designada como PROPONENTE a empresa participante do certame.

1.3. Fundamentação legal

Este Termo de Referência foi elaborado em observância com a legislação vigente, em especial ao Art. 37 da Constituição Federal Brasileira, e tem amparo nos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;



- b) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- c) Lei n.º 123/2006 e alterações, que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal.
- d) Portaria 511/2009 – Ministério das Cidades, que estabelece as diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios brasileiros.

1.4. PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - PMAT

A contratação de empresa especializada no fornecimento de uma SOLUÇÃO INTEGRADA composta de licenças perpétuas de sistemas informatizados, com fornecimento de bens e serviços que constituem o objeto do CONTRATO, para o aprimoramento e expansão dos serviços e infraestrutura disponibilizados pelo Município de Birigui - SP consta do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) a ser financiado com recursos que serão destinados à PREFEITURA do município de Birigui - SP nos Termos do escopo do projeto aprovado pelo BNDES, da seguinte forma:

Tabela 1 – Quadro de Ações

Ação número: 001 - Contratação de empresa especializada para elaboração do Cadastro Técnico Multifinalitário para uso em sistema Integrado para gestão do CTM, desenvolvido sob plataforma de Sistema de Informações Geográficas - SIG descrito na atividade 02, conforme detalhamento do item	Prazo: 12 meses
1. Contratação de empresa especializada para elaboração e implantação de Cadastro Técnico Multifinalitário - CTM utilizando Sistema Integrado para gestão do Cadastro Socioeconômico, (item) suportado sob o Cadastro Técnico Multifinalitário, com uso de geotecnologias para especialização e análises geográfica da demografia urbana, com o objetivo de promover a identificação única do cidadão para fins de políticas sócio-assistenciais, conhecer o perfil do usuário/demandante dos serviços assistenciais básicos (ex: Saúde, Educação e Assistência Social) e a utilização dos dados gerados para elaboração de políticas públicas que tem como objetivo melhorar a distribuição dos equipamentos assistenciais e equacionar a relação de demanda/oferta de serviços públicos a partir de técnicas de jurisdicionamento do usuário à unidade de atendimento de mais fácil acesso, incluindo serviços de implantação no ambiente tecnológico ambiente tecnológico, serviços de customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica.	



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



2. Para elaboração e manutenção do Cadastro Técnico Multifinalitário (item) deverá ser utilizado o sistema Integrado de gestão do CTM, desenvolvido sob plataforma de Sistema de Informações Geográfica - SIG descrito no item 02, composto por Banco de Dados Único e Multifinalitário, Mapa Urbano Básico, Camada de Web Service e Catálogo de Serviços, incluindo serviços de implantação no ambiente tecnológico, a importação de bases de dados tabulares e vetoriais para povoamento inicial do CTM, as customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico e treinamento.

Ação número: 002 - Aquisição de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de Sistema de Geoprocessamento Web - GeoWeb com foco na melhoria da arrecadação de tributos imobiliários, conforme detalhamento do item

Prazo: 12 meses:

1. Aquisição de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de Sistema Integrado para gestão do Cadastro Técnico Físico Territorial, denominado **Sistema de Geoprocessamento Web - GeoWeb**, com ferramentas de Sistema de Informações Geográficas - SIG para espacialização e análises geográficas de informações relativas ao parcelamento, à ocupação e ao valor do solo, otimizando a fiscalização e ampliando a base de contribuintes de tributos que tenham como fato gerador a propriedade imobiliária urbana, incluindo na fase de implementação de base digital cartográfica serviços de retificação do Mapa Urbano Básico e do Cadastro Imobiliário Urbano, utilizando técnicas de detecção de inscrições com ampliação de áreas de edificação e/ou parcelamento de solo em situação subnormal a partir do uso de produtos de sensoramento remoto fornecidos pelo Proponente, objetivando a retificação da base de cálculo utilizada para lançamento e cálculo de tributos que tenham como fato gerador a propriedade predial e territorial urbana (ex: IPTU, ITBI e TSU) e a otimização da fiscalização, incluindo serviços de implantação no ambiente tecnológico, serviços de customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica.

2. O Sistema contratado deverá contar com módulo para Portal de Transparência Governativa (Portal do Cidadão), suportado sob o Cadastro Técnico Multifinalitário, com uso de geotecnologias para espacialização e análises geográficas de informações constantes do Cadastro Técnico Multifinalitário - CTM, contendo painéis de monitoramento, área dedicada a consultas analíticas aos dados e ambiente unificado para acesso do munícipe a serviços de e-gov, com o objetivo de publicar e publicizar informações, observado o disposto na Lei de Acesso à Informação, permitindo acesso do cidadão ao dado disponível, tornando a informação do CTM útil para lastreamento do processo decisório, requalificação da participação popular nas diferentes etapas dos ciclos das políticas públicas e melhoria de produtividades individuais e coletivas, incluindo serviços de implantação no ambiente tecnológico, customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica.

3. O sistema contratado deverá contar com Módulo de painéis de monitoramento para uso em Mobile, permitindo o acesso às informações disponibilizadas no CTM geradas no agir administrativo da máquina e disponibilizadas pelos diversos sistemas informatizados em uso na PREFEITURA. Para avaliação, as informações disponibilizadas deverão ser organizadas em ciclos temporais permitindo análises evolutivas dos processos em curso, incluindo serviços de implantação no ambiente tecnológico, serviços de customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica.

4. O sistema deverá ser alocado em ambiente WEB, permitindo as condições necessárias de infraestrutura tecnológica para implantação, manutenção, com as garantias de segurança para as transações via WEB da(s) solução(ões) licenciadas neste Edital. O ambiente deve conter solu-



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



ções de hardwares e softwares necessários e suficientes para o provimento dos sistemas de acordo com os padrões de qualidade.

Ação número: 003 - Aquisição de licença de uso de solução eletrônica para abertura, alteração cadastral e encerramento de empresas, com foco na melhoria da arrecadação de tributos mobiliários, conforme detalhamento do item

Prazo: 12 meses

Aquisição de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de **Solução Eletrônica para abertura, alteração cadastral e encerramento de empresas**, suportado sob o Cadastro Técnico Multifinalitário, com uso de geotecnologias para espacialização e análises geográfica de informações relativas ao uso do solo, com o objetivo a reduzir os entraves burocráticos e agilizar a vida do empreendedor mediante a automatização do processo de abertura, alteração cadastral e encerramento de inscrições municipais de empresas, diminuindo a informalidade, otimizando a fiscalização e ampliando a base de contribuintes de tributos que tenham como fato gerador o exercício da atividade econômica (ex: ISSQN e TPP), incluindo serviços de implantação no ambiente tecnológico ambiente tecnológico, customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica.

Ação número: 004 – Aquisição de serviços e produtos de sensoriamento remoto, compreendendo imagem orbital, imagem aérea e fotografias panorâmicas de fachada de imóveis urbanos, conforme especificações técnicas do item .

Prazo 12 meses

Fornecimento de imagens orbitais e imagens aéreas, com geração de ortofotos, compreendendo a área urbana do município. A geração das ortofotos deverá ser feita considerando o Birigui - SP Digital do Terreno (MDT) de forma a evitar qualquer tipo de imperfeição nas imagens resultantes.

Fornecimento de fotos frontais de edificações, geradas de forma a possibilitar, quando possível, vistas ortogonais e oblíquas dos imóveis urbanos dos dois lados dos arruamentos (direito e esquerdo).

As confecções de fotos serão efetuadas sem nenhum contato com moradores, ou seja, estas deverão ser geradas pela vista frontal dos arruamentos e em caso de muros altos o que for possível visualizar externamente.

Os produtos de sensoriamento remoto deverão possibilitar obter informações tais como:

Área de edificações; Identificação de novas edificações; classificação dos imóveis quanto ao padrão construtivo; classificação mobiliária dos imóveis quanto ao tipo de uso (ex: residência, comércio, indústria etc); identificação de divisas com vizinhanças (quando possível); presença ou não de guias e calçadas; tipo de pavimentação; tipo de construção (térrea, sobrado, subsolo, edifício) e idade aparente da construção.

Ação número: 005 – Contratação de empresa especializada para atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), conforme especificações do item .

Prazo 12 meses

Serviços de elaboração da PGV com fornecimento de licença de uso por tempo indeterminado do software ofertado, apoiado sob sistema de informações geográficas (SIG), com funcionalidades para o registro de valor venal de imóvel obtido em pesquisas junto ao mercado imobiliário, para a fixação de valor venal por zona da PGV, com possibilidade de diferenciação de valores por corredores (logradouro público) e face de quadra, além da possibilidade de atribuição automática de valor venal para imóveis a partir de atributos do padrão construtivo e dispositivo para simulação do impacto de alíquotas diferenciada do IPTU em razão da localização e uso do imóvel.

INDICADORES DE RESULTADO

Ação 02: Aquisição de licença de Sistema Integrado para gestão do cadastro Técnico Municipal - CTM				
Indicadores de Objetivo				
Indicadores	Descrição	Lógica da intervenção	Situação Atual	Meta
• Receita de IPTU	• Arrecadação própria do IPTU em R\$ 8.000.000,00	• Aumentar Receitas	• Arrecadação em 2016: R\$ 25.430.390,81	• Previsão de Arrecadação em 2018: R\$ 38.000.000,00
• Receita de ISS	• Arrecadação própria do ISS em R\$ 1.000.000,00	• Aumentar Receitas	• Arrecadação em 2016: R\$ 14.173.608,69	• Previsão de Arrecadação em 2018: R\$ 16.300.000,00
• Receita de ITBI	• Arrecadação própria do ITBI em R\$ 400.000,00	• Aumentar Receitas	• Arrecadação em 2016: R\$ 4.138.637,85	• Previsão de Arrecadação em 2018: R\$ 4.900.000,00

DA JUSTIFICATIVA

Os principais sistemas informatizados que operam no âmbito dos governos estadual e federal vem passando, na última década, por intenso processo de modernização, com o uso intensivo de geotecnologias que permitem análise espacial da informação, procedimentos de coleta que garantem a confiabilidade, atualização e completeza de dados cadastrais, disponibilização de informações e acesso a serviços digitais através de portais web, entre outros.

No âmbito local, no entanto, os órgãos municipais carecem de melhores dados relativos à população assistida pelos serviços públicos, assim como os cadastros de empresas e de imóveis estão ainda suportados sobre sistemas informatizados que utilizam bases de dados fragmentadas e processo apoiados em rotinas analógicas, o que gera alto custo burocrático para atualização e validação dos dados disponíveis, em face de retrabalho e falta de padrão na coleta do dado, tendo por consequência a ineficiência do processo e indisponibilidade da informação para lastreamento dos processos decisórios.

A PREFEITURA do município de Birigui - SP tem o dever de superar o problema de ausência de informações válidas, buscando novas tecnologias com a finalidade de se modernizar, tornar mais eficiente e promover a economicidade na prestação dos serviços, desincumbindo-se de atividades meio, operacionais e burocráticas, a fim de centrar esforços na sua atividade fim.

Nesse sentido, este Termo de Referência tem foco no aperfeiçoamento do cadastros de Imóveis, de Empresas e de Cidadãos - **denominados neste instrumento de “Cadastros Corporativos”** - que formam uma base indissociável sobre a qual estão suportados os principais negócios de governo, desde o processo de arrecadação de tributos (como é o caso do IPTU e do ISSQN) até a prestação direta de serviços (a exemplo da Educação e Saúde).

De fato, ao identificar, por exemplo, de forma correta e única um cidadão, o Município estará validando cadastros aplicáveis a múltiplos sistemas atualmente em uso na PREFEITURA, posto que o cidadão é, ao mesmo tempo, atendo-se a poucos exemplos, o sócio da empresa, o proprietário do imóveis e o paciente da saúde.

Igualmente, saber, por exemplo, a localização geográfica e as condições de habitabilidade e uso de imóvel onde reside o cidadão, ou onde se estabelece uma empresa, auxilia tanto na melhoria da arrecadação quanto no planejamento da distribuição geográfica de serviços e infraestrutura urbana.

Como pode-se observar, os Sistemas de Informação (SI's), quando corretamente utilizados, melhoram a capacidade dos Governos Locais de manuseio das técnicas de elaboração de Políticas Públicas Cidadãs e de controle de sua implantação. Essa melhoria pode ser constatada em diferentes aspectos da gestão.

Dessa forma, trazer para um mesmo Termo de Referência ações relativas a modernização dos Cadastros Corporativos aglutinando os serviços em uma Solução Integrada, tem como principal objetivo trazer maior transparência e permitir melhor gerenciamento do contrato, garantindo cumprimento de seu escopo.

Esse modelo traz inúmeras vantagens para a Administração Pública, uma vez que representa um avanço de gestão, controle e redução de gastos e redução de falhas na continuidade dos serviços. Dessa forma, garante-se celeridade, harmonia e equilíbrio entre as diferentes atividades envolvidas na prestação dos serviços articulando-se em um único certame licitatório as seguintes ações integradas:

- Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário, sob ambiente de Sistema de Informações Geográficas;
- Adoção de padrões e controles para os processos de coleta, armazenamento, análise, tratamento e segurança dos dados gerados que garantam a confiabilidade, a completitude e a atualização permanente dos ativos de informação governamental;
- Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, integração e inteligência de governo para disponibilização e uso dos ativos de informação disponíveis no planejamento e execução de planos, programas, projetos e políticas públicas;
- Adoção da arquitetura orientada a serviço - SOA, para facilitar a integração entre bases de dados existentes nos diferentes órgãos e entidades;
- Aperfeiçoamento da estrutura organizacional, com a melhoria da integração e articulação interna de recursos e competências;
- Revisão dos processos com vistas à incorporação das novas tecnologias, buscando a excelência operacional, que se traduz em produtos e serviços de alta qualidade;
- Empoderamento dos atores envolvidos permitindo maior participação, envolvimento, engajamento e responsabilização no processo;
- Incremento tecnológico com aumento da disponibilidade da infraestrutura como base para as operações e acesso às informações;
- Requalificação do ambiente institucional, a partir da mudança do foco da administração para o relacionamento interno e externo com o cidadão, fornecedores e parceiros.

1.4.1.1. Os desafios tecnológicos envolvidos na implantação dessas ações envolvem a adoção de uma Arquitetura de Sistema de Informação (ASI) que permita com que os componentes da organização, desde a estrutura dos sistemas informatizados até a organização dos processos envolvidos, interajam entre si, de forma a facilitar a articulação dos órgãos para viabilizar ações municipais integradas.

1.4.1.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com vistas a viabilizar o desenvolvimento e implantação do projeto de sistemas de informação para inteligência e integração de governo municipal, a partir de base de dados de sistemas informatizados implantados ou que venham a ser usados pela administração local municipal.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

1.5. A prestação de serviços técnicos, compreendendo as atividades supracitadas no objeto deste Termo de Referência, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos Termos da Lei Federal nº 10.520/2005, devendo ser proponente por intermédio de Pregão;

1.6. Neste sentido, deve-se registrar que os requisitos de qualificação técnica e desempenho necessário para o atendimento dos serviços explicitados no Termo de Referência, no qual constam os métodos objetivos de mensuração do desempenho dos serviços, foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado e representa a real demanda do PREFEITURA, razão pela qual pode ser adotado **o critério de menor preço global** para o julgamento objetivo das propostas.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

1.7. Poderão participar do presente Pregão as empresas ou grupos de empresas especializadas (Consórcios) que tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação e que atendam todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus correspondentes Anexos;

O objetivo é aumentar o caráter competitivo, uma vez que o objeto principal consiste na aquisição de solução tecnológica integrada, consubstanciada na matriz estruturadora da informação de governo, seguido da prestação de serviços correlatos de implantação, customização, manutenção, suporte e treinamento, devendo o PROPONENTE providenciar às suas expensas e sob sua inteira responsabilidade a infraestrutura tecnológica e os insumos de informação necessários ao perfeito funcionamento do sistema fornecido, garantindo assim a unidade e padronização da solução.

1.8. As constituições dos Consórcios deverão atender aos seguintes requisitos e exigências:

Indicação da empresa líder do Consórcio, que deverá atender às seguintes condições de liderança:

Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do Consórcio perante a PREFEITURA;

Responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado com a PREFEITURA, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, quer para fins desta licitação, quer na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada uma das consorciadas;

Ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo Consórcio;

Ter poderes expressos para representar o Consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até o recebimento definitivo do objeto pela PREFEITURA;

No Consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira e a empresa líder será responsável por todas as providências que forem necessárias para atender a legislação em vigor.

1.9. A apresentação do Termo de Compromisso Público ou Particular de constituição em Consórcio, subscrito por todas as consorciadas, contendo a indicação da empresa LÍDER, responsável pelo Consórcio, observará o quanto segue:

Os Compromissos e obrigações de todas as consorciadas, dentre os quais o que cada consorciada responderá, individualmente e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal e administrativa pertinente ao objeto da licitação, até a conclusão final dos trabalhos e serviços que vierem a ser contratados com o Consórcio;

Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, de todas as consorciadas, pelos atos praticados sob o Consórcio na presente licitação e obrigações dela decorrentes;

Compromisso de que o Consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa concordância da PREFEITURA;

Compromisso expresso de que o Consórcio não se constitui, nem se constituirá em Pessoa Jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

Compromisso, e respectiva divisão do escopo, no fornecimento de cada uma das consorciadas, individualmente, do objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao faturamento dos serviços licitados;

O prazo de duração do Consórcio deverá coincidir, no mínimo, com o prazo do Termo de Contrato a ser firmado entre as partes, até o limite determinado pela Lei Federal nº 8.666/1993.

- 1.10. A empresa consorciada fica impedida de participar, na presente licitação, isoladamente ou em mais de um Consórcio;
- 1.11. No caso do Consórcio sagrar-se vencedor do certame, ficará o mesmo obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do Consórcio.
- 1.12. Cada empresa consorciada deverá apresentar documentação comprobatória de sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidades fiscais e previdenciárias e qualificação técnica, conforme estabelecido no presente edital, permitido o somatório, conforme art. 33, III, da Lei federal nº 8666/93.
- 1.13. Não poderão participar deste certame Cooperativas, pois o serviço a ser executado apresenta características incompatíveis com a organização do trabalho em forma de cooperativa:

Mecanismos de comando e controle visando assegurar a adoção de métodos e padrões que serão rotineiramente cobrados;

Relação de hierarquia técnica e funcional entre os profissionais;

Níveis diferenciados de responsabilização técnica.

Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com os objetos dos itens deste Termo de Referência;

Fica autorizado à Proponente a subcontratação observadas as seguintes condições:

1.13.1.1. Não poderão ser subcontratados serviços caracterizados como elementos determinantes do objeto contratual, diretamente relacionados como o licenciamento do Sistema Estruturador de Informação, Inteligência e Integração de Governo.

1.13.1.2. Poderão ser objeto de subcontratação, exclusivamente, a aquisição de insumos básicos, assim compreendidos as imagens aéreas, as fotos frontais e o provimento de ambiente tecnológico, desde que a subcontratada comprove as mesmas exigências de regularidade fiscal, trabalhista e habilitação econômico-financeira.

1.13.1.3. A subcontratação não exime o Proponente da integral responsabilidade pelos produtos e serviços subcontratados, inclusive prejuízos diretos e indiretos trazidos à Prefeitura pelo subcontratado ou seus prepostos.

PRAZO DE EXECUÇÃO

- 1.14. O prazo de execução do objeto é de 12 meses, prorrogável nas hipóteses o art, 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93

LOCAL DE EXECUÇÃO

- 1.15. Os serviços contratados poderão ser prestados nas instalações da PROPONENTE a qualquer hora e em qualquer dia, sem qualquer tipo de controle da PREFEITURA;
- 1.16. Os serviços serão executados pela PROPONENTE na forma, quantidade e qualidade pactuada, a partir da data de assinatura do CONTRATO;
- 1.17. A PROPONENTE arcará com as despesas de deslocamento e hospedagem dos seus profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

HORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.18. Os serviços que forem prestados nas instalações do PREFEITURA deverão ser realizados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h, podendo, em exceções devidamente justificadas e formalmente autorizadas pelo PREFEITURA, ser executadas em outros dias e horários.
- 1.19. Os serviços executados pela PROPONENTE aos sábados, domingos e feriados, ou em horário não comercial, não implicam acréscimo ou majoração nos valores dos serviços contratados.

ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

1.20. Gestão do Contrato

A gestão do contrato ficará a cargo do servidor(a) Sr.(a). ____, matrícula ____, que será especialmente designado pelo Secretário de _____.

A fiscalização do contrato será feita pelo Grupo Gestor de Modernização da Administração Municipal - GEMAT, instituído pelo Decreto n.º 5809, de 07 de abril de 2017 e alterações.

PARCELAS DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

- 1.21. Apresenta-se a seguir as parcelas dos serviços a serem contratados:

Item	Descrição dos Produtos e Serviços	VALOR GLOBAL
1	Fornecimento de Licenças de todos os módulos do sistema para uso do Município em caráter perpétuo e sem limite de usuários	R\$ 707.666,67
2	Serviços de Instalação dos softwares aplicativos no ambiente tecnológico.	R\$ 79.500,00
3	Conversão dos dados para formação do MMB e CTM e integrações necessárias com demais sistemas existentes na Prefeitura (Interoperabilidade).	R\$ 188.733,33

4	Atualização da Base Digital Cartográfica do Município com área estimada em 130 km2 com o uso de imagem orbital atualizada.	R\$ 379.956,67
5	Atualização do perímetro de Edificações usando técnicas de vetorização com o uso de imagens orbitais atualizadas, obtendo objetos vetoriais que possam ser utilizados para cálculo de área da edificação do imóvel (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 173.100,00
6	Deteção de divergência da área edificada de imóvel obtida com técnicas de vetorização em face dos dados existentes no cadastro imobiliário urbano (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 289.366,67
7	Atualização do Padrão Construtivo de Imóveis com divergência da área edificada, mediante o uso de Fotografia Panorâmica de Fachada (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 233.733,33
8	Parametrizações /Customizações/ Adequação aos processos de trabalho.	R\$ 169.200,00
9	Treinamento dos Usuários.	R\$ 54.536,66
10	Operação Assistida por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 898.110,00
Valor Global Total:		R\$ 3.173.903,33
Valor por extenso: Três milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e três reais e trinta e três centavos		

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1.22. A PREFEITURA constituirá comitê formado por servidores das diferentes unidades administrativas que participarão do projeto, que farão o acompanhamento e darão suporte técnico ao GEMAT e ao Gestor do Contrato para o sucesso da execução do contrato.

1.23. O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da PREFEITURA dará todo suporte necessário para a instalação, funcionamento e implantação da solução tecnológica e da metodologia.

1.24. Gestor do Contrato

É o servidor com atribuições gerenciais, técnica e operacional relacionadas ao processo de gestão de cada contrato oriundo desta licitação a ser indicado por autoridade competente no momento da contratação, nos Termos do art. 67 da Lei n.º 8666/93.

1.25. Preposto

Para a coordenação dos serviços e para a gestão administrativa do CONTRATO, em conformidade com o Art. 68 da Lei 8.666/1993, a PROPONENTE deverá indicar um representante administrativo e um eventual substituto. Este representante deverá estar disponível nos dias e horários pactuados, nas dependências da PREFEITURA, e acessível por meio de contato telefônico nos demais dias e horários com as seguintes atribuições:

- a) Realizar a gestão das Ordens de Serviço e de outras demandas referentes à Administração do CONTRATO;
- b) Acompanhar a execução das Ordens de Serviço;
- c) Assegurar-se de que as determinações da PREFEITURA sejam disseminadas e cumpridas pela PROPONENTE e com vistas à alocação dos recursos necessários para execução das Ordens de Serviço;
- d) Informar à PREFEITURA sobre os problemas de qualquer natureza que possam impedir o bom andamento dos serviços;
- e) Elaborar documentos (relatórios gerenciais, relatórios de impacto) referentes ao acompanhamento da execução das Ordens de Serviço;
- f) Executar os procedimentos administrativos referentes aos recursos alocados para execução dos serviços contratados;
- g) Garantir que a meta de produção diária/mensal seja alcançada, informando ao Gestor do Contrato qualquer dificuldade nesse sentido.

1.26. Equipe Técnica da PROPONENTE

São os profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços demandados nas Ordens de Serviço, a serem disponibilizados na sede da PROPONENTE para suporte técnico remoto ao ambiente instalado, disponível em horário comercial (2ª. a 6ª. feira das 08h00 as 18h00).

Como condição para assinatura do contrato, o PROPONENTE deverá declarar que dispõe de equipe técnica com vínculo profissional comprovado mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho ou contrato de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme Súmula 25 do TCESP.

AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE SERVIÇOS

- 1.27. Os serviços serão autorizados mediante abertura de Ordem de Serviço – padrão vigente na Prefeitura Municipal de Birigui-SP, após a assinatura do contrato e publicação resumida de seu extrato na Imprensa Oficial.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

O principal objetivo do **Cadastro Técnico Multifinalitário** – CTM é consolidar, de uma forma organizada, as informações disponíveis em bases de dados fragmentadas relativas ao Município disponíveis em órgãos e entidades públicas das três esferas de governo, convalidando a informação com uso de técnicas de geoprocessamento, mecanismos de recadastramento *on line* e ferramentas de integração e inteligência de governo, de forma a preservar o capital intelectual e os investimentos já efetuados na produção de dados e na implantação de sistemas informatizados. No que se refere ao licenciamento de sistemas, a PROPONENTE deverá prover:

1.28. **Provimento de ambiente tecnológico para disponibilizar o(s) sistema(s) em ambiente WEB**

A PROPONENTE deverá alocar em suas dependências os equipamentos e dispositivos necessários para disponibilizar o(s) sistema(s) em ambiente WEB, permitindo as condições necessárias de infraestrutura tecnológica para implantação, manutenção, bem como fornecer as garantias de segurança para as transações via WEB da(s) solução(ões), durante a vigência do contrato, atendendo obrigatoriamente aos seguintes requisitos:

- Ambiente de homologação nas mesmas condições do ambiente de produção, sistemas para certificação de customizações, implementações e testes, que se façam necessários;
- Sistemas gerenciadores de banco de dados e de cópias de segurança (backups);
- Sistemas para segurança da informação que garantam o sigilo e a proteção contra “roubo de informações”;
- Sistemas para acompanhamento, medição e monitoramento da performance dos equipamentos de infraestrutura, intuindo prevenir situações eventuais de instabilidade, proporcionando qualidade e segurança para o ambiente disponibilizado;
- Sistemas de antivírus/spywares, para proteção contra eventuais vírus, evitando paradas e perdas prejudiciais para a Administração;
- Firewall Clusterizado com Balanceamento de Carga em 3 Camadas com topologia de RACK, Load Balance no Banco de Dados Distribuído e na camada WEB;
- Conexões SSL, com Certificação Segura e Criptografada do Transporte das Informações - HTTPS;

- Links de comunicação de alto desempenho com banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB aos usuários do sistema;
- Ambiente de disponibilidade (Data Center) com alta performance, balanceamento de carga - 7/24, com certificação reconhecida para todos os critérios de segurança: (fogo, falta de energia, antifurto, anti-hackers).

A contratada deverá fornecer, implantar e operacionalizar o Sistema de Gestão da Solução incluindo a implantação e operacionalização de procedimentos de back-up que assegurem a integridade e a capacidade de recuperação nos casos de falha do SERVIDOR CENTRAL, dos dados e imagens obtidos e gerados com a Solução Integrada.

a) A geração de back-up dos arquivos em disco do SGS deverá ser efetuada com funcionamento ininterrupto das bases de dados, de modo a não comprometer os índices de desempenho especificados para a Solução Integrada.

b) A contratada será responsável pela execução dos procedimentos de back-up dos arquivos, que deverão ser desencadeados com periodicidade que assegure, permanentemente, durante o prazo do contrato, que não haverá perda dos dados em hipótese alguma.

A PREFEITURA poderá requerer ao longo do ciclo de vida contratual que o CTM e demais aplicativos objeto deste Edital passem a ser hospedados em seu ambiente tecnológico. Nesse caso, caberá a PROPONENTE apoiar a PREFEITURA na migração do CTM e demais aplicativos para seu ambiente (que deverá suportar as aplicações), bem como promover os ajustes sistêmicos necessários para que a solução integrada não sofra qualquer interferência, sob pena de multa em 10% sobre o valor do contrato caso esse processo não ocorra garantindo o bom funcionamento dos aplicativos em ambiente da PREFEITURA.

1.29. Serviços especializados de elaboração do Cadastro Técnico Multifinalitário com utilização de sistema Integrado para gestão do CTM, desenvolvido sob plataforma de Sistema de Informações Geográficas - SIG.

Serviços especializados de elaboração do Cadastro Técnico Multifinalitário, com uso de Sistema Integrado para gestão do Cadastro Técnico Multifinalitário - CTM, desenvolvido sob plataforma de Sistema de Informações Geográfica - SIG, composto por Banco de Dados Único e Multifinalitário, Mapa Urbano Básico, Camada de Web Service e Catálogo de Serviços, incluindo serviços de implantação, a importação de bases de dados tabulares e vetoriais para povoamento inicial do CTM (item), customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de

infraestrutura tecnológica (equipamentos servidores com respectivos softwares básicos, ambiente de provimento web, Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados etc).

O CTM assume a função de matriz estruturadora de informação de governo e deverá se constituir como um banco de dados único e multifinalitário, suportado sobre ambiente de geoprocessamento para estruturação e integração das informações de governo, tendo por base os seguintes cadastros denominados **Cadastros Corporativos**:

- **Cadastro Físico territorial** – informações cadastrais relativas aos imóveis localizados no espaço urbano e demais componentes geográficos considerados importantes para caracterizar a riqueza do solo urbano e seus equipamentos (chão da cidade).
- **Cadastros da Atividade Econômica** - informações cadastrais de empresas, sociedades em geral e profissionais autônomos residentes ou estabelecidos no Município que atuam nos diferentes segmentos da atividade econômica.
- **Cadastros Socioeconômicos** - informações cadastrais das pessoas físicas domiciliadas no Município para formação da identificação única do cidadão e constituição do agrupamento familiar.
- **Mapa Urbano Básico (MUB)** – dados utilizados para representação do espaço físico através de objetos cartográficos georreferenciados destinados à padronização das Referências espaciais do Município.

Para desempenho da sua função, cumpre ao Cadastro Técnico Multifinalitário integrar os dados gerados nos diferentes sistemas transacionais em uso nos órgãos da Administração Local (Ex: Saúde, Educação, Promoção e Assistência Social, Receita, Planejamento Urbano, entre outros) bem assim integrar as bases de dados locais com aquelas disponíveis em outras esferas de governo e entidades externas à Administração Pública (Ex: Entidades Assistenciais, Corpo de Bombeiro, entre outras), funcionando como repositório único de dados administrativos para geração de relatórios gerenciais e de índices utilizados no planejamento, monitoramento e avaliação de programas e ações governamentais.

O Cadastro Técnico Multifinalitário compõe-se dos seguintes módulos:

Banco de Dados Único e Multifinalitário - BDU

Fornecimento de banco de dados georeferenciado, destinado à gestão do cadastro corporativo.

O BDU receberá os dados a serem utilizados para constituição inicial do CTM, em formato que permita a leitura por máquina, observado o formato *shapefile* para a *geobase* e ".txt" para dados alfanuméricos. Esses dados, tanto seu componente espacial como a parte alfanumérica, deverão ser armazenados em um único SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados), padrão SQL.

Deverão ser consideradas na análise e conversão de dados para a composição do CTM os seguintes dados relacionados na tabela abaixo:

Tabela 2 - Módulo de Informação: Referência quantitativa de registros para importação

Módulo de Informação	Qtd. Estimada	Fonte Dado
Relação de Cadastros que deverão ser importados para a formação do CTM.		
Cadastro imobiliário do sistema de receitas para gestão do IPTU e taxas de serviços urbanos – cadastro das unidades imobiliárias com características do terreno e edificações, infraestrutura e serviços urbanos disponíveis, cadastro de responsáveis tributários	58.000	Município
Cadastro mobiliário do sistema de receitas para gestão do ISSQN e taxas de poder de polícia – cadastro de empresas e profissionais autônomos, cadastro de atividades municipais, cadastro de responsáveis tributários e escritórios contábeis	2.500	Município
Cadastro de empresas inscritas na Secretaria de Fazenda Estadual	6.305	Estado
Cadastro de empresas inscritas na Receita Federal.	13.392	Receita Federal
Cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde – CNES	19	Ministério Saúde
Cadastro de usuários do Cartão Nacional de Saúde – CNS	119.536	Ministério Saúde
Cadastro do sistema municipal informações de Saúde - cadastro de usuários, cadastro de profissionais de saúde e unidades de saúde do Município. Qtd. Estimada	119.536 802 20	Município
Cadastro do Censo Escolar do Ministério da Educação - Educacenso	12.710	Ministério Educação
Cadastro do Registro de Alunos – RA da Secretaria Estadual de Educação	12.710	Estado
Cadastro do sistema municipal de educação - cadastro de alunos, cadastro de professores e estabelecimentos do sistema de ensino do Município. Qtd. Estimada	11.710 786 35	Município
Cadastro do Sistema Único da Assistência Social – CadSuas	24	MDS
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADUNICO	22.893	MDS
Cadastro do sistema municipal de assistência social - cadastro de usuários e beneficiários de programas assistenciais, cadastro de profissionais da assistência social e estabelecimentos do sistema assistencial do Município	7.684 6.387 66 24	Município
Cadastro do sistema municipal de recursos humanos - cadastro de servidores municipais, cargos e funções, órgãos e lotações	3.460	Município
Cadastro de economias do sistema de gestão de água e esgoto da concessionária de serviço público local	53.651	Concessionária
Cadastro de economias do sistema de Energia Elétrica da concessionária de serviço público local	55.000	Concessionária
Microdados do Censo Demográfico 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	119.536	IBGE
Total Estimado de Registros	626.786	

A PROPONENTE deverá coletar, importar e tratar cada um dos cadastros acima descritos para formação inicial do CTM, sendo a responsável pelos serviços de normalização de forma a eliminar redundâncias e inconsistências e a garantir o atendimento das regras e padrões de integridade lógico-referencial do CTM.

Os dados não homologados em razão de inconsistências severas que influenciem nas funcionalidades mínimas dos sistemas e serviços, serão registrados em relatórios específicos apontando as inconsistências e irregularidades encontradas.

Os relatórios devem ser gerados em formato a ser definido pela PREFEITURA (excel, access, xml ou txt) informando exatamente as inconsistências identificadas de forma a permitir o correto entendimento e ações por parte da PREFEITURA. Abaixo elenca-se alguns exemplos de relatório reforçando que se tratam apenas de exemplos para facilitar o entendimento por parte da PROPONENTE, não se limitando somente a esses os tipos/modelos de relatórios que deverão ser gerados:

- Relatório de logradouros inválidos;
- Relatório de logradouros inconsistentes;
- Relatório de Inscrições Municipais inconsistentes;
- Relatório de Inscrições Municipais com ausência de CNPJ/CPF;
- Relatório de Inscrições Municipais com ausência de Razão Social/Nome;
- Relatório de Inconsistências no cadastro mobiliário;
- Relatório de Inconsistência no R.A. de alunos.

A PREFEITURA será responsável pela análise e correção das possíveis irregularidades e inconsistências identificadas no relatório fornecido pela PROPONENTE. Os dados homologados deverão ser convertidos para a nova matriz do CTM.

A PREFEITURA disponibilizará equipe técnica com conhecimento nas áreas envolvidas para acompanhar e auxiliar nos procedimentos de análise, conversão e crítica do dado.

Após a importação dos cadastros relacionados na Tabela 2, o PROPONENTE deverá promover o cruzamento de informações para formação dos CADASTROS CORPORATIVOS do CTM. Três diretrizes são fundamentais para que essa atividade produza os resultados esperados:

1. Completeza: informações de múltiplas fontes devem ser agregadas para formação de cadastros corporativos com máxima completeza;
2. Confiabilidade: os metadados relativos à cada fonte de informação devem ser analisados de forma a garantir com que uma informação com menor confiabilidade não sobreponha outra com maior confiabilidade.
3. Atualização: havendo mais de uma fonte para mesma informação, deve ser utilizada a mais atualizada;

Na hipótese de aditamento contratual de prazo, os serviços de análise, conversão e crítica dos dados descritos neste item deverão ser realizados pela PROPONENTE uma vez por ano.

Mapa Urbano Básico - MUB

Os serviços de geração do Mapa Urbano Básico compreendem o tratamento e a importação para o banco de dados georeferenciado (MUB) do CTM da cartografia digital disponível na PREFEITURA, representada em diferentes formatos e extensões, com a padronização em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas, integrado ao Sistema de Gestão do Cadastro Técnico Físico Territorial fornecido pelo PROPONENTE.

A PREFEITURA disponibilizará, para conversão pela PROPONENTE as feições cartográficas disponíveis, abaixo relacionadas:

- ____ imagens de mapas e plantas em formato analógico;
- ____ camadas de logradouros;
- ____ bairros;
- ____ equipamentos urbanos da área de saúde, educação e assistência social com respectivas áreas de jurisdição;
- ____ zoneamento de valor do solo (PGV - Planta de Valores Genéricos);
- ____ zoneamentos urbanísticos (macrozoneamento e zoneamento de uso do solo);
- ____ setores fiscais;
- ____ quadras fiscais;
- ____ faces-de-quadra;
- ____ condomínios horizontais e verticais;
- ____ loteamentos;
- ____ lotes;
- ____ edificações;
- ____ endereços;
- ____ perímetros urbanos;
- ____ limites político-administrativos do Município; e
- ____ imagens aéreas.

A PROPONENTE deverá analisar as feições, fornecendo relatório detalhado das possíveis inconsistências e irregularidades encontradas para que a PREFEITURA, em caráter de urgência, providencie um novo arquivo com as especificações constantes do layout fornecido. A PREFEITURA, mediante auxílio técnico da PROPONENTE, envidará esforços para análise e correção das inconsistências e irregularidades identificadas.

Todas as informações espaciais, imagens e arquivos digitais disponíveis deverão ser definidos de acordo com os parâmetros de Datum SIRGAS2000 e Projeção Cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM).

Camada de Web Service

A PROPONENTE deverá disponibilizar para uso da PREFEITURA *serviços web* especificados no Catálogo de Serviços, para consumo dos dados do CTM pelos diferentes sistemas informatizados implantados na PREFEITURA.

Os sistemas informatizados implantados ou que venham a ser adquiridos pela Administração Municipal deverão utilizar mecanismos de interoperabilidade para conectar-se ao CTM, por intermédio dos *web services* disponibilizados pelo PROPONENTE, para conferência e validação de dados relativos aos CADASTROS CORPORATIVOS de forma a garantir padronização, autenticidade, atualização e confiabilidade da informação utilizada pelos diferentes sistemas informatizados em uso na Administração Municipal e integração das informações geradas na rotina administrativa da Máquina de Governo para uso em Sistema de M&A (Sistemas de Monitoramento e Avaliação).

Em relação a solução de interoperabilidade, compete à PROPONENTE:

- Desenvolver os serviços, observadas as características descritas no item - ARQUITETURA PADRÃO DO MUNICÍPIO.
- Elaborar e manter atualizada a documentação dos serviços e os respectivos esquemas de dados disponíveis, especialmente quanto aos seguintes componentes:
 - WSDL: Linguagem de descrição de serviços Web;
 - XSD: estrutura de confecção e validação do documento XML;
 - Manual de Interoperabilidade: Manual de orientação do processo de interoperabilidade e descrição dos serviços, contendo exemplos de implementações e explicações técnicas para a correta utilização do serviço.
- Catalogar os serviços por assunto para formação da lista de serviços;
- Publicar em ambiente web a lista dos serviços e respectiva documentação técnica para consulta dos interessados.

Catálogo de Serviços

A PROPONENTE deverá desenvolver os serviços abaixo relacionados, destinados à manutenção da completitude e atualização dos cadastros corporativos do CTM, garantindo ainda a disponibilização da informação para reuso pelos diferentes sistemas transacionais implantados na PREFEITURA:

- Serviço consultar pessoa física, serviço solicitar inclusão pessoa física e serviço solicitar atualização pessoa física contendo os dados cadastrais das pessoas físicas domiciliadas no Município para formação da identificação única do cidadão permitindo o transacionamento das informações corporativas socioeconômicas do CTM, prevendo, no mínimo, nome, data de nascimento, filiação materna e paterna, endereço residencial, CPF, RG, título de eleitor, CNH, endereço eletrônico e telefones;
- Serviço consultar imóvel, contendo os dados cadastrais dos imóveis localizados no espaço urbano do Município permitindo o transacionamento das informações corporativas físico territoriais do CTM, prevendo, no mínimo o cadastro das unidades imobiliárias com características do terreno e edificações, infraestrutura e serviços urbanos disponíveis e cadastro de responsáveis tributários;
- Serviço consultar pessoa jurídica, contendo os dados cadastrais de empresas e sociedades em geral estabelecidas no Município permitindo o transacionamento das informações corporativas da atividade econômica do CTM, prevendo, no mínimo, razão social, nome fantasia, CNPJ, data de abertura, inscrição estadual, inscrição municipal, endereço fiscal, atividade econômica principal e secundária e responsáveis tributários;
- Serviço consultar endereço, contendo os dados dos logradouros públicos localizados no Município de Birigui - SP com os números e complementos dos respectivos imóveis destinados à padronização das Referências de endereçamento do Município.

Objetivando a integração das bases de dados locais produzidas nos diferentes sistemas transacionais em uso na Administração Local e integração das informações geradas na rotina administrativa da Máquina de Governo para uso em Sistema de M&A (Sistemas de Monitoramento e Avaliação) e garantia da manutenção do CTM como Matriz Estruturadora da Informação de Governo, a PROPONENTE deverá desenvolver os seguintes serviços para transacionamento das informações departamentais estruturantes:

- Serviço registrar receitas imobiliárias, contendo os dados referentes aos lançamentos tributários de IPTU e taxas de serviços urbanos;
- Serviço registrar receitas mobiliárias, contendo os dados referentes aos lançamentos tributários do ISSQN e taxas de poder de polícia;
- Serviço registrar procedimentos de saúde, contemplando os dados dos pacientes, dos procedimentos realizados, profissionais e estabelecimentos de saúde do Município.
- Serviço registrar estabelecimentos de educação, contemplando os dados do equipamento escolar, classes e informações das matrículas - grau, série, turma, número de chamada e dados cadastrais do aluno (nome, filiação materna, data de nascimento, número de registro do aluno);
- Serviço registrar aproveitamento escolar, contemplando os dados referentes às notas e frequência dos alunos por bimestre;

- Serviço registrar família, contemplando os dados cadastrais da família e respectivos membros (nome, data de nascimento, CPF, RG, filiação materna e paterna, endereço residencial, endereço eletrônico, telefones, grau de parentesco);
- Serviço registrar procedimentos assistenciais, contemplando os dados de identificação da família e dos prontuários de atendimento e benefícios concedidos.
- Serviço registrar recursos humanos, contemplando os dados cadastrais dos servidores públicos (nome, data de nascimento, filiação materna e paterna, CPF, RG, endereço residencial), cargo e função, CBO, matrícula, tipo de contratação, data de admissão, data de demissão, lotação, eventos salariais fixos e variáveis.
- Serviço registrar economias, contemplando os dados cadastrais das ligações de água e esgoto, número do hidrômetro, situação da ligação, data de ligação, data de desligamento, consumo no período, tipo de ocupação (residencial, comercial, industrial), valor da tarifa da água e do esgoto e endereço.

1.30. **Aquisição de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de Sistema de Geoprocessamento Web - GeoWeb, com foco na melhoria da arrecadação de tributos imobiliários.**

Fornecimento de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de Sistema Integrado GeoWeb para gestão do Cadastro Técnico Físico Territorial, suportado sob o Cadastro Técnico Multifinalitário, com ferramentas de Sistema de Informações Geográficas - SIG para espacialização e análises geográfica de informações relativas ao parcelamento, à ocupação e ao valor do solo, otimizando a fiscalização e ampliando a base de contribuintes de tributos que tenham como fato gerador a propriedade imobiliária urbana.

Estão incluídos na fase de implantação os serviços de retificação do Mapa Urbano Básico e do Cadastro Imobiliário Urbano com a respectiva geocodificação das bases vetoriais às bases tabulares, possibilitando a utilização de técnicas de detecção de inscrições com ampliação de áreas de edificação e/ou parcelamento de solo em situação subnormal a partir do uso de produtos de sensoriamento remoto.

O sistema pretendido pela Administração deverá conter, obrigatoriamente, funções que permitam a gestão do Cadastro Imobiliário Urbano contemplando as interfaces e funcionalidades para a inclusão, exclusão, alteração e consulta das entidades abaixo detalhadas:

- **Logradouros** – identificação do logradouro prevendo, no mínimo, as informações de nome e tipo (avenida, rua, estrada e outros) observado o padrão nacional para endereçamento postal, registro históricos de alteração de nome, hierarquia viária, legislação que estabelece a nomenclatura oficial. O sistema deverá permitir a segmentação do logradouro em trechos, com a

identificação do bairro, CEP e numeração inicial e final do trecho, mantendo a unicidade do logradouro. O sistema deverá permitir a espacialização do logradouro e respectivos trechos de forma individualizada mantendo a integridade lógico-referencial entre essas entidades;

- **Bairros** – identificação dos bairros permitindo a espacialização dos polígonos representativos dos limites geográficos;
- **Equipamentos urbanos** da área de saúde, educação e assistência social com respectivas **áreas de jurisdição** – o sistema deverá permitir o cadastramento dos equipamentos urbanos (unidades de saúde, estabelecimentos de educação públicos e unidades de assistência social) prevendo, no mínimo, as informações constantes do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES, do Cadastro do Sistema Unificado da Assistência Social – CADSUAS e Cadastro de Escola do Educa Censo. O sistema deverá permitir a espacialização dos equipamentos com a vinculação deste ao respectivo imóvel do cadastro físico territorial, e espacialização das áreas de jurisdição considerando os limites geográficos fixados nos instrumentos de planejamento municipal;
- **Zoneamento de valor do solo** – o sistema deverá permitir o cadastramento de zonas de valor da Planta Genérica de Valores do Município com atribuição do valor do M² do solo por zona. O valor atribuído à cada uma das zonas poderá ser especializado por logradouro ou trechos a fim de permitir a distinção de corredores comerciais. O sistema deverá permitir a espacialização dos polígonos representativos dos limites da zona de valor;
- **Zoneamento urbanístico** - o sistema deverá permitir o cadastramento de zonas de uso do solo com a identificação das atividades econômicas permitidas em cada zona. O zoneamento de uso do solo deverá ser aquele utilizado para análise espacial da viabilidade de estabelecimento de empresas no sistema de gestão do cadastro da atividade econômica. O sistema deverá permitir a espacialização dos polígonos representativos dos limites da zona de uso do solo e atribuir, de forma automática, através de funcionalidade de geoprocessamento, o zoneamento a cada um dos imóveis do cadastro físico territorial contidos na área de abrangência da zona;
- **Setores Fiscais** – o sistema deverá permitir o cadastramento dos setores fiscais do cadastro físico territorial com a espacialização de polígono representativo dos limites geográficos dos setores;
- **Quadras Fiscais** - o sistema deverá permitir o cadastramento das quadras fiscais do cadastro físico territorial com a identificação do loteamento originário e das siglas fiscais e originária do parcelamento de solo para a quadra. O sistema deverá permitir a espacialização de polígono representativo dos limites geográficos das quadras. O sistema deverá conter funcionalidade para obtenção automática de medidores de ocupação considerando o total de área construída em relação a área territorial disponível, de uso, de adensamento demográfico considerando a população residente cadastrada no CTM;

- **Faces de quadras** – o sistema deverá permitir identificar, para cada uma das faces da quadra fiscal, a infraestrutura e serviços urbanos disponíveis relacionando-a ao logradouro fronteiro, prevendo, quanto a infraestrutura informações relativas ao tipo de pavimentação, presença de guias e sarjetas, presença de rede pública de abastecimento de água, rede pública de coleta de esgoto, disponibilidade de iluminação pública, rede elétrica e telefonia; e quanto aos serviços urbanos a coleta de lixo, o transporte coletivo e limpeza pública. O sistema deverá atribuir para cada face de quadra a existência de serviços públicos de educação, saúde e assistência social potencialmente disponíveis a partir da análise espacial da área de abrangência dos equipamentos urbanos;
- **Condomínios horizontais e verticais** – o sistema deverá permitir o cadastramento dos condomínios com a identificação do nome do condomínio, do tipo (horizontal ou vertical, aberto ou fechado), área total do condomínio, área comum, área verde e área institucional, número de unidades condominiais, dados de identificação do processo de aprovação (número do processo, data de aprovação) e do responsável atrelado ao cadastro de pessoas (física e jurídica) do CTM.
- **Loteamentos** - o sistema deverá permitir o cadastramento dos loteamentos com a identificação do nome e dos dados de identificação do processo de aprovação (número do processo, data de aprovação). o sistema deverá permitir a espacialização dos polígonos representativos dos limites do loteamento.
- **Lotes** – o sistema deverá permitir o cadastramento dos lotes prevendo o número da inscrição imobiliária, endereço de localização (logradouro e número de diretriz predial), endereço de notificação (logradouro, número, complemento, cidade, UF, CEP), informações do loteamento originário (nome, quadra e lote), ocupação (edificado, não edificado, em construção), tipo de zona (urbana, rural, expansão), situação (meio, esquina, encravado), número de frentes, área do terreno, informações da topografia, informações de propriedade considerando o cadastro único de pessoas. O sistema deverá permitir a espacialização de polígono representativo dos limites geográficos do lote. O sistema deverá permitir que o lote seja subdividido em inscrições imobiliárias autônomas a fim de garantir a individualização do processo arrecadatório (emissão de carnês), mantendo a unidade espacial do parcelamento de solo. O Sistema deverá permitir a manutenção de históricos de parcelamentos e anexações, inclusive em relação a entidade espacial. O sistema deverá permitir a vinculação do lote à respectiva quadra fiscal e logradouro, permitindo que ele aproprie as informações de infraestrutura urbana e serviços disponíveis na face da quadra aonde este se localiza. O sistema deverá permitir a identificação de testadas distintas para fins tributários e urbanísticos. A área territorial do lote deverá ser atribuída automaticamente a partir da informação geográfica da área do polígono representativo.
- **Edificações** – o sistema deverá permitir o cadastramento de múltiplas edificações para uma mesma inscrição imobiliária, prevendo inscrição imobiliária, informações do habite-se (nú-

mero do habite-se, data de expedição, metragem, uso autorizado), característica da construção principal, área edificada constante no cadastro fiscal, uso e padrão construtivo. A área edificada deverá ser obtida automaticamente a partir da informação geográfica da área do polígono representativo e ser armazenada em campo específico a fim de permitir análises comparativas com a área edificada constante no cadastro fiscal. O sistema deverá permitir tratar individualmente as parcelas da edificação considerando o padrão construtivo e características distintas para fins de cálculo do valor venal. Poderão ser atribuídos usos e endereços distintos para cada bloco autônomo da edificação, com controle para permitir a seleção somente de logradouros fronteiros ao lote.

- **Endereço** - Os endereços atribuídos aos imóveis do cadastro físico territorial deverão estar disponíveis para o sistema de gestão do cadastro da atividade econômica e sistema de gestão do cadastro socioeconômico, bem como para consulta dos demais sistemas implantados na Administração com acesso através de webservices.

- O sistema informatizado para gestão do Cadastro Técnico Físico Territorial deverá ter as características funcionais e operacionais abaixo descritas, com ferramentas de geoprocessamento integradas para edição da base digital cartográfica:
- Gerenciar de modo integrado os dados gráficos (espaciais), alfanuméricos e imagens de forma transparente ao usuário (possibilidade de navegação sincronizada entre diferentes tipos de dados);
- Permitir a realização de consultas aos Cadastros a partir da base de dados espacial, através das diversas chaves de acesso: ex: Código de Logradouro, Código do Imóvel; Endereço do imóvel;
- Possuir tela customizada, com interface amigável, para possibilitar a consulta e associação de imagens de documentos e fotos associados aos imóveis existentes no Cadastro (fotos, fichas cadastrais, croquis, processos);
- Ferramentas personalizadas para a realização de pesquisas e localização dos arquivos de imagem, através dos códigos de imóveis / unidades imobiliárias;
- Controles de escala e posicionamento da visualização dos dados (aumento, diminuição e posicionamento da visualização Zoom / Pan);
- Visualização de atributos espaciais (códigos, área, perímetro);
- Criação e lançamento automático de rótulos identificadores, a partir dos atributos encontrados (Dados Espaciais);
- Controle sobre camadas de informações (layers): ligar/desligar, cores, rótulos;
- Pesquisa de dados cadastrais por diferentes chaves de acesso (código, nome do proprietário, logradouro);

- Pesquisa de dados cadastrais por chave de acesso particionada (início do nome do logradouro, parte do nome do proprietário, parte da inscrição);
- Consistência e verificação de dados em tempo real (verificação de campos de preenchimento obrigatório e de opções permitidas para cada um dos campos);
- Controle e verificação da integridade referencial dos dados (bloquear exclusão de elementos que possuam dependências).
- O PROPONENTE deverá prever, na fase de implantação, a implantação base digital cartográfica com geocodificação das bases vetoriais às respectivas bases tabulares no que se refere, exclusivamente, às camadas especificadas no quadro abaixo, que compõem o Mapa Urbano Básico.

Descrição do Módulo de Informação	Qtd. Estimada	Fonte Dados
Logradouros	1.188	Tributação
Bairros	160	Planejamento
Equipamentos urbanos da área de saúde, educação e assistência social com respectivas áreas de jurisdição	79	Saúde, Educação e Ass. social
Zoneamento de valor do solo (Planta de Valores Genéricos)	5	Tributação
Zoneamento urbanístico (Macrozoneamento e Zoneamento de uso do solo)	5	Planejamento
Setores Fiscais	40	Tributação
Quadras Fiscais	2.585	Tributação
Faces de quadras	10.232	Tributação
Condomínios horizontais e verticais	31	Planejamento
Loteamentos	160	Planejamento
Endereço	57.250	Tributação

Buscando a constante atualização do Cadastro Imobiliário Urbano em seu componente tabular e vetorial, o PROPONENTE deverá fornecer interface web integrada a solução de Portal Web para acesso do cidadão (item) para recadastramentos periódicos dos contribuintes, contendo, no mínimo, as informações exigidas no cadastro de proprietários e responsáveis tributários por bens imóveis.

A fim de prescindir da presença do contribuinte e demais responsáveis que atuam nas fases do procedimento de aprovação de plantas e projetos no âmbito do Cadastro Imobiliário Urbano, o sistema deverá conter módulo web para acompanhamento de processo que permita o trâmite eletrônico de documentos e informações.

As informações do Cadastro Técnico Imobiliário e do Mapa Urbano Básico somente deverão ser disponibilizadas aos contribuintes e responsáveis após previamente homologadas pelo setor competente. Este módulo deverá estar totalmente integrado ao sistema tributário municipal através de camada de serviços web propiciando transação eletrônica de informações, a fim de evitar o retrabalho e o erro de digitação na atualização da informação do Cadastro Fiscal do Imóvel.

1.31. Aquisição de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de solução eletrônica para abertura, alteração cadastral e encerramento de empresas, com foco na melhoria da arrecadação de tributos mobiliários.

Fornecimento de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de Sistema Integrado para Gestão do Cadastro Municipal da Atividade Econômica, suportado sob o Cadastro Técnico Multifinalitário, com uso de geotecnologias para espacialização e análises geográfica de informações relativas ao uso do solo, com o objetivo a reduzir os entraves burocráticos e agilizar a vida do empreendedor mediante a automatização do processo de abertura, alteração cadastral e encerramento de inscrições municipais de empresas, diminuindo a informalidade, otimizando a fiscalização e ampliando a base de contribuintes de tributos que tenham como fato gerador o exercício da atividade econômica (ex: ISSQN e TPP), incluindo serviços de implantação, customização às necessidades do Município, operação assistida pelo prazo de duração do contrato, suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica.

A interface para abertura, alteração e encerramento de inscrição municipal deverá estar disponível para acesso de contribuintes e contabilistas via web, dispondo de funcionalidades que permitam a tramitação eletrônica integral do processo sem a necessidade de comparecimento presencial do interessado à PREFEITURA.

Pretendendo a integração com o Governo Estadual e Federal, considerando os padrões estabelecidos nacionalmente, o sistema deverá dispor de interface para gestão da Tabela Municipal de Atividades possibilitando a identificação em cada atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (C.N.A.E.) ou Classificação Brasileira de Ocupações (C.B.O.) conforme sua natureza.

O sistema fornecido deverá dispor de interface para homologação das declarações eletrônicas pelo Setor competente da PREFEITURA, como condição para constituição do cadastro do contribuinte, garantindo a manutenção da competência funcional dos servidores públicos municipais.

Todas as declarações eletrônicas requeridas, ainda que não homologadas, deverão ser armazenadas no sistema para que os contribuintes, contabilistas e PREFEITURA possam consultá-las a qualquer tempo, garantindo a formalização das movimentações cadastrais.

Em todas as declarações de abertura e nas declarações de alteração cadastral que versem sobre alteração de endereço fiscal e/ou alteração de atividade, o sistema fornecido deverá conter funcionalidade *on line* para análise de viabilidade eletrônica de uso e ocupação de solo, identificando o grau de risco da atividade, os órgãos específicos que atuarão no processo de vistoria, regularidade de habite-se para o imóvel de estabelecimento, além da autorização para o exercício da atividade no local segundo a lei de zoneamento vigente.

A funcionalidade para viabilidade eletrônica deverá utilizar ferramentas de análise espacial para identificar, a partir do endereço de estabelecimento declarado, o imóvel correspondente no cadastro físico territorial do CTM e o respectivo zoneamento de uso do solo, para emissão automatizada da licença de localização.

Buscando a constante atualização do cadastro da atividade econômica, a PROPONENTE deverá fornecer interface web integrada a solução de Portal Web para acesso do cidadão para recadastramentos periódicos dos contribuintes, contendo no mínimo as informações exigidas no procedimento de abertura da inscrição municipal.

A fim de prescindir da presença do contribuinte em todas as fases do procedimento de abertura e alteração de inscrição municipal, o sistema deverá conter módulo web para que, com base nas informações declaradas, os laudos e licenças necessários ao exercício da atividade econômica sejam requeridos de forma eletrônica aos respectivos órgãos competentes, tais como Vigilância Sanitária, Secretaria de Obras e Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, entre outros. Os requerimentos de vistoria para emissão de laudos e licenças decorrentes das declarações eletrônicas, somente deverão ser disponibilizadas aos setores competentes após previamente homologadas pelo setor competente.

Este módulo deverá estar totalmente integrado ao sistema de abertura e alteração de inscrição municipal, a fim de permitir a emissão eletrônica dos Alvarás de Localização e Funcionamento provisório e definitivo. Este módulo deverá estar totalmente integrado ao sistema tributário municipal através de camada de serviços web propiciando transação eletrônica de informações, a fim de evitar o retrabalho e o erro de digitação na atualização da informação das inscrições mobiliárias.

- 1.32. **Implantação do CTM utilizando-se do Sistema Integrado para gestão do Cadastro Socioeconômico, suportado sob o CTM, com uso de geotecnologias para espacialização e análises geográfica da demografia urbana, com o objetivo de promover a identificação única do cidadão para fins de políticas sócio assistenciais,** conhecer o perfil do usuário/demandante dos serviços assistenciais básicos (ex: Saúde, Educação e Assistência Social) e propiciar a utilização dos dados gerados para elaboração de políticas públicas que tem como objetivo melhorar a distribuição dos equipamentos assistenciais no espaço urbano e equacionar a relação de demanda/oferta de serviços públicos a partir de técnicas de jurisdicionamento do usuário à unidade de atendimento de mais fácil acesso, incluindo serviços de customização às necessidades do Município.

Essa operação deve ser assistida pelo PROPONENTE pelo prazo de duração do contrato, com suporte técnico, treinamento e disponibilização de infraestrutura tecnológica. O sistema pretendi-

do deve conter interface para registro das informações cadastrais do cidadão, digitalização de documentos comprobatórios e coleta de fotografias.

A metodologia do estudo sócioeconômico deve compreender a estruturação de uma Central de Atendimento presencial e remota do tipo Multisserviços, em instalações físicas disponibilizadas pela Prefeitura, com o fornecimento de licença de uso por tempo indeterminado e sem limite de usuários de Sistema Informatizado para a operação da Central, suportado sobre o Cadastro Técnico Multifinalitário, com interface para gestão de atendimento presencial ou remoto a pessoas físicas e jurídicas destinado a coleta de dados biográficos para a emissão de documento único de identificação do cidadão (Cartão do Cidadão) e à emissão de demais documentos oficiais do Município (ex: alvará, habite-se, licença etc)

A integração dos dados e dos processos de atualização do CTM em um mesmo ambiente deverá propiciar ao Município a articulação de diferentes órgãos de governo ou mesmo diferentes entidades com o objetivo de coordenar as ações comuns de gestão, administração e operação dos ambientes presenciais e digitais de atendimento ao cidadão, racionalizando os serviços e minimizando os custos.

Principais atribuições da Central de Atendimento:

- Ser fonte de informação sobre acesso aos diferentes serviços municipais;
- Emitir o cartão único do cidadão com possibilidade de impressão da foto caso a PREFEITURA opte por esse Birigui - SP;
- Disponibilizar acesso aos dados do cidadão para os diferentes órgãos e entidades conveniados com o Município, inclusive órgãos de segurança pública, justiça eleitoral, entre outros;
- Executar os procedimentos de atualização dos dados junto às diferentes esferas governamentais, mediante formalização de Convênios e Parcerias firmadas pela PREFEITURA, consubstanciados na manutenção (inclusão, alteração e exclusão) de dados relativos ao Cadastro Único do Cidadão;
- Proceder à manutenção de dados relativos ao Cadastro da Atividade Econômica utilizado pelos diferentes serviços municipais que operam na área de receita;
- Disponibilizar acesso aos dados da atividade econômica para os diferentes órgãos e entidades conveniados com o Município, inclusive corpo de bombeiro, cartórios em geral, entre outros, e prestar informações relativas ao acesso aos diferentes serviços municipais correlatos;
- Proceder à manutenção do Cadastro Físico Territorial e atualização reiterativa ao Mapa Urbano Básico do Município.
- Disponibilizar acesso aos dados físicos territoriais para os diferentes órgãos e entidades conveniados com o Município e prestar informações relativas ao acesso aos diferentes serviços municipais correlatos.

A implantação da Central envolve o estabelecimento de processos necessários para os objetivos a que a Central se destina adequados às finalidades definidas neste Termo de Referência. Na operação da Central de Atendimento deverão ser implantados modelos de atendimentos, dando-se principal enfoque à organização da informação e dos serviços em torno das necessidades do cidadão.

A PROPONENTE deverá fornecer, implantar, e garantir suporte e operação assistida, durante a vigência do contrato, de sistema informatizado para gestão do atendimento na Central, incluindo sistema de agendamento *on line*, sistema de controle de fila de espera, considerando inclusive a necessidade de atenção prioritária para grupos especiais (idosos, gestantes, pessoas com deficiência e etc.) e sistema de gestão para acompanhamento dos atendimentos.

1.33. Fornecimento de Módulo para Portal de Transparência Governativa (Portal do Cidadão), com painéis de monitoramento, áreas de consulta a dados analíticos e área de gestão integrada de serviços de e_gov.

Fornecimento de licença de uso do software, por tempo indeterminado e sem limitação de número de usuários de Portal destinado a garantir ao cidadão acesso as informações armazenadas no CTM relativas ao seu cadastro e relações pessoais com os órgãos da Administração.

O Portal deverá congrega ainda, em um ambiente computacional integrado, acessado a partir de um único *login* e senha, os serviços digitais disponibilizados pelas demais empresas fornecedoras de sistemas informatizados da PREFEITURA, competindo à PROPONENTE estabelecer mecanismos seguros para referida integração.

O Portal deverá garantir ao cidadão os serviços a serem disponibilizados pela PROPONENTE:

- Interface disponível para acesso dos cidadãos permitindo a consulta de suas informações pessoais (unificadas) cadastradas no CTM, apresentando, no mínimo, nome, sexo, data de nascimento e idade, estado civil, filiação materna e paterna, documentos (CPF, RG, título de eleitor, carteira de trabalho, certidões de nascimento e casamento, PIS/PASEP), características pessoais (grau de instrução, cor, nacionalidade, naturalidade, migração), características profissionais (formação, ramo de atividade, local de trabalho, cargo, data de admissão, contato (endereço eletrônico e telefones) e endereço com informações cadastrais e imagem aérea do imóvel.
- Interface disponível para acesso dos servidores públicos municipais permitindo a consulta e impressão de holerite e informe de rendimentos;
- Interface disponível para acesso dos alunos da rede pública municipal e respectivos responsáveis permitindo a consulta e impressão de boletim, além da apresentação através de gráfico comparativo do aproveitamento do aluno por disciplina, considerando a média da turma, da série, da escola e da rede pública municipal;

- Interface disponível para acesso dos proprietários de imóveis localizados no Município de Birigui - SP permitindo a consulta aos respectivos cadastros imobiliários;
- Interface disponível para acesso dos sócios das empresas estabelecidas no Município de Birigui - SP permitindo a consulta aos respectivos cadastros mobiliários. A referida funcionalidade também deverá estar disponível para os profissionais autônomos inscritos no cadastro mobiliário municipal;
- Interface disponível para acesso dos cidadãos cadastrados nos programas sociais gestados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Birigui - SP permitindo a consulta às informações do prontuário e benefícios concedidos.

1.34. Fornecimento de Módulo para sala de situação com painéis de monitoramento e avaliação que cumprirá a função de Sala de Situação de Governo, viabilizando aos gestores governamentais acesso às informações da matriz estruturadora de informação de governo, de forma ágil e simplificada, por meio de gráficos, mapas temáticos georreferenciados, relações consolidadas e analíticas.

Para fins de monitoramento, as informações disponibilizadas, deverão ser aquelas geradas no agir administrativo da máquina e disponibilizadas pelos diversos sistemas informatizados em uso na PREFEITURA para armazenamento no CTM. Para avaliação, as informações disponibilizadas deverão ser organizadas em ciclos temporais permitindo análises evolutivas dos processos em curso. A PROPONENTE deverá disponibilizar as seguintes funcionalidades:

Área Cidadão

- Interface para consulta dos cidadãos residentes no Município de Birigui - SP através de filtros, no mínimo, por nome, faixa etária (intervalo), sexo, estado civil, grau de escolaridade, endereço (logradouro e número) e por bairro. Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais dos cidadãos (nome, endereço, sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade) e visão espacial dos endereços de residência destes.
- Interface para visualização das informações departamentais da área através de gráficos e relatórios totalizadores apresentado, no mínimo, cidadãos por sexo, número de cartões cidadãos emitidos por período (mês e ano) e cidadãos por bairro.
- Painel para monitoramento das informações referentes aos cidadãos residentes do Município de Birigui - SP prevendo, no mínimo, visão espacial com a distribuição demográfica por bairro, por faixa etária e por gênero; população residente por nível de escolaridade; número de domicílios por bairro; população residente com deficiência.

- Painel para monitoramento da Central de Atendimento ao Cidadão prevendo, no mínimo, população atendida na Central no dia, no mês e no exercício; atendimentos na Central por tipo de serviço; tempo x movimento dos atendimentos da Central; atendimento por atendente.

Área Educação

- Interface para consulta dos alunos matriculados através de filtros, no mínimo, por escola, por nome do aluno, por sexo, por data de nascimento, filiação materna e/ou paterna, escola, grau e série, idade ou data de nascimento. Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais dos alunos e visão espacial dos endereços de residência destes e das escolas. A informação espacial deve ser apresentada ainda em forma de mapa temático de calor permitindo ao gestor visualizar as manchas de concentração dos eventos espacializados.
- Interface para visualização das informações departamentais da área através de gráficos e relatórios totalizadores apresentando, no mínimo, escolas por zona (urbana e rural), classes por escolas, classes por período, matrículas por período, alunos assistidos pela rede assistencial, alunos atendidos com transporte por escola e matrículas por tipo de escola (particular, estadual ou municipal).
- Painel para monitoramento das informações referentes aos cidadãos matriculados na rede pública municipal de ensino prevendo, no mínimo, total de alunos matriculados, alunos por escola, alunos por grau e série; adequação série x idade; adequação série x idade por escola; análise da evolução do número de matrículas por ano letivo; visão espacial com a distribuição demográfica dos alunos por escola, por grau e série.

Área Saúde

- Interface para consulta dos pacientes da rede pública de saúde através de filtros, no mínimo, por unidade de saúde, por nome do paciente, por data de atendimento e por tipo de procedimento, por número de CNS. Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais dos pacientes e visão espacial dos endereços de residência destes e das unidades de saúde. A informação espacial deve ser apresentada ainda em forma de mapa temático de calor permitindo ao gestor visualizar as manchas de concentração dos eventos espacializados.
- Painel de monitoramento das informações referentes aos cidadãos atendidos pela rede pública municipal de saúde prevendo, no mínimo, visão espacial dos atendimentos realizados e área de influência das unidades básicas de saúde; atendimentos realizados no dia, no mês e no exercício.

Área Assistência Social

- Interface para consulta das famílias atendidas pelas unidades assistenciais do Município de atenção básica e especial através de filtros, no mínimo, por unidade assistencial, por número do prontuário, por endereço, por número de membros, por idade do chefe da família, por sexo do chefe da família, por benefício recebido. Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais do chefe da família e visão espacial dos endereços de residência da família e das unidades assistenciais. A informação espacial deve ser apresentada ainda em forma de mapa temático de calor permitindo ao gestor visualizar as manchas de concentração dos eventos espacializados.
- Interface para visualização das informações departamentais da área através de gráficos e relatórios totalizadores apresentando, no mínimo, famílias por faixa etária do chefe, famílias por sexo do chefe, família por número de membros, famílias por bairro, famílias por tipo de benefício, famílias por unidade assistencial, atendimentos por unidade assistencial.
- Painel de monitoramento das informações referentes aos cidadãos atendidos pela rede pública municipal de assistência social prevendo, no mínimo, visão espacial das famílias com prontuários ativos por unidade; atendimentos no dia, no mês e no exercício por unidade; benefícios concedidos; perfil de renda das famílias atendidas.

Área Atividade Econômica

- Interface para consulta das empresas e profissionais autônomos inscritos no Cadastro Mobiliário do Município através de filtros, no mínimo, por nome ou razão social, por número do CPF ou CNPJ, por data de homologação da inscrição municipal (intervalo), por endereço, por porte (microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, outros), por número de funcionários (intervalo), por metragem do estabelecimento (intervalo), por área da atividade, por atividade municipal, por atividade da CNAE ou por atividade da lista de serviços da Lei do ISSQN. Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais das empresas e profissionais autônomos e visão espacial dos endereços de estabelecimento fiscal destas.
- Interface para visualização das informações departamentais da área através de gráficos e relatórios totalizadores apresentando, no mínimo, contribuintes por tipo de pessoa (físico e jurídica), contribuintes por área de atividade econômica, contribuintes por bairro, aberturas de inscrições municipais por exercício, encerramentos de inscrições municipais por exercício, contribuintes por porte.
- Painel de monitoramento das informações referentes à atividade econômica prevendo, no mínimo, total de inscrições por perfil; visão espacial em ciclos temporais da evolução da abertura de empresa; aberturas e encerramentos de inscrições municipais por tipo de área da atividade

econômica em períodos mensais; monitoramento dos pedidos de abertura pendentes de homologação com sinalização de alerta de tempo de espera; empresas por corredores comerciais e por bairro.

- Painel de monitoramento das informações referentes a atividade econômica prevendo, no mínimo a evolução da receita do ISSQN por bairro, por logradouro, por área da atividade econômica; comparativo da evolução da receita do ISSQN por exercício fiscal; visão espacial da regularidade fiscal das inscrições municipais.

Área Recursos Humanos

- Interface para consulta dos servidores públicos municipais através de filtros, no mínimo, por matrícula, por órgão e repartição de lotação, por cargo, por tipo de natureza do contrato de trabalho (concursado, contrato temporário, estagiário, comissionado outros). Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais do servidor público (no mínimo, nome, matrícula, estado civil, órgão e repartição de lotação, cargo, natureza do vínculo, CPF, RG, título de eleitor, PIS/PASEP, número da CTPS, Endereço residencial e telefone).
- Painel de monitoramento das informações referentes aos recursos humanos da Administração Direta prevendo, no mínimo, número de servidores ativos por órgão e repartição, cargo; visão sintética por órgão dos eventos salariais.

Área Imobiliária

- Interface para consulta dos imóveis localizados no espaço urbano do Município de Biritiba Mirim - SP através de filtro, no mínimo, por inscrição imobiliária, setor fiscal, quadra fiscal, lote, loteamento original, quadra do loteamento original, lote do loteamento original, endereço (logradouro e número), proprietário, forma de ocupação (não edificado, edificado, em construção), tipo de patrimônio (particular, público estadual, federal ou municipal, religioso, outros), situação de ocupação (meio, esquina, encravado), área do terreno (intervalo), área construída (intervalo), uso do imóvel, tipo e padrão de construção, se possui habite-se. Os resultados devem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais dos imóveis (número da inscrição imobiliária, proprietário, endereço, setor fiscal, quadra fiscal, lote, área do terreno, área construída, situação, forma de ocupação, se possui habite-se, uso do imóvel, tipo e padrão da construção principal) e visão espacial dos endereços dos imóveis.
- Interface para visualização das informações departamentais da área através de gráficos e relatórios totalizadores apresentando, no mínimo, imóveis por zona fiscal, imóveis por tipo de ocupação, valor venal por zona fiscal, imóveis edificados por características da construção prin-

cipal, imóveis edificadas por tipo de uso, imóveis por loteamento, imóveis por zona de uso do solo, imóveis edificadas por padrão construtivo.

- Painel de monitoramento das informações referentes ao cadastro físico territorial preven-
do, no mínimo a evolução da receita do IPTU por zona de valor, por logradouro; análise da defa-
sagem de valor venal entre ITBI e IPTU; comparativo da evolução da receita do IPTU por exer-
cício fiscal; visão espacial da regularidade fiscal dos imóveis considerando inclusive isenções.

Área Economias

- Interface para consulta das ligações de água e esgoto no espaço urbano do Município de
Birigui – SP, através de filtro, no mínimo, por número do hidrômetro, por número de inscrição
do consumidor, por nome do responsável, por endereço (logradouro e número). Os resultados de-
vem ser apresentados em formato de relatório analítico com os dados cadastrais das ligações (nú-
mero de inscrição do consumidor, nome do responsável, número do hidrômetro, endereço, núme-
ro de residentes considerando os cidadãos homologados no CTM) e visão espacial dos respecti-
vos imóveis.

1.35. Fornecimento de serviços Técnico-especializados de retificação do Cadastro Técnico Imobiliário utilizando técnicas de detecção de inscrições com ampliação de áreas de edificação e/ou parcelamento de solo em situação subnormal a partir do uso de produtos de sensoriamento remoto descritos no item , objetivando a re- tificação da base de cálculo utilizada para lançamento e cálculo de tributos que tenham como fato gerador a propriedade predial e territorial urbana (ex: IPTU, ITBI e TSU).

Para execução dos serviços de retificação cadastral o proponente deverá:

- Elaborar, em conjunto com equipe designada pela Prefeitura, levantamento das regras para lançamento e cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas de Serviços Urbanos (IPTU/TSU) em vigência no Município, tais como campos utilizados e fórmulas de cálculo;
- Com base no levantamento de regras, proceder às customizações do Sistema Integrado para gestão do Cadastro Técnico Físico Territorial fornecido, garantindo assim com que as informações disponíveis no sistema sejam aquelas necessárias e suficientes para atendimento à legislação em vigor e às práticas de uso na área de Cadastro Imobiliário do Município. Importante salientar que o sistema fornecido deverá ter rotinas de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas de Serviços Urbanos (IPTU/TSU) que permitam simular o

lançamento dos tributos e apurar as diferenças dos valores obtidos a partir os serviços de retificação.

- Importar para o MUB os produtos de sensoriamento remoto fornecidos pela Prefeitura, item , procedendo às auditorias de qualidade necessárias para garantia de que os produtos de sensoriamento remoto atendem às especificações técnicas exigidas;
- Elaborar, em conjunto com equipe designada pela Prefeitura, levantamento nos arquivos da Prefeitura, catalogando e efetuando cópias digitais de documentos analógicos e de arquivos digitais relativos a projetos residenciais dos imóveis sujeitos ao IPTU, projetos de parcelamento de solo e outros que possam funcionar como materiais de baliza para apoio dos trabalhos de retificação do Cadastro Imobiliário Urbano.
- Vetorizar os limites de lotes de acordo com os projetos de loteamento e projetos de parcelamento de solo obtidos na forma do item anterior, retificando com base no limite de lotes, os correspondentes limites de quadras fiscais e de loteamentos e as informações de face-de-quadra e dados de logradouros;
- Vetorizar os perímetros das construções existentes em cada lote de forma a que o sistema possa extrair as medidas das construções ali existentes, procedendo à classificação de acordo com o padrão construtivo com base nas fotografias panorâmicas de fachada.
- Gerar documentos de auditoria para que a Prefeitura possa homologar os serviços executados, conferindo o correto chaveamento do lote e os dados das edificações;
- Emitir notificação digital para cada imóvel com divergência de área superior a 20 % (vinte por cento) ou 50 m² (cinquenta metros quadrados) entre a área de edificação apurada no item 5 e a área atualmente utilizada pela Prefeitura.

O Proponente deverá analisar e propor revisão da legislação aplicável ao IPTU, inclusive nova sistemática da Planta de Valores Genéricos e nova sistemática de alíquotas progressivas e diferenças do IPTU, para análise de comissão a ser indicada pela Prefeitura.

O Proponente deverá considerar a ausência de informações confiáveis sobre a correta localização geográfica de cada imóvel urbano existente no atual Cadastro Imobiliário da Prefeitura, especialmente aqueles localizados em áreas de parcelamento de solo subnormal e áreas urbanas históricas, tais como o centro da cidade. Para esses imóveis, o Proponente deverá propor à Prefeitura metodologia capaz de suprir a ausência de plantas e mapas relativas ao parcelamento de solo.

O Proponente deverá organizar sala a ser utilizada como escritório de apoio aos serviços de retificação cadastral, em espaço fornecido pela Prefeitura, equipando-a às suas expensas com no

mínimo: dois (02) dois computadores, dois (02) scanner A4, um (01) scanner A2 e duas (02) impressoras laser coloridas. A sala será utilizada por servidores da Prefeitura para auditoria e homologação dos arquivos eletrônicos e os mapas gerados pelo proponente, para imageamento de documentos oficiais solicitados pelo proponente e como escritório de apoio do PROPONENTE no Município.

O MUB produzido pela PROPONENTE para uso no sistema deverá ser homologado pela PREFEITURA constituindo-se, a partir de ato normativo próprio, como base cartográfica oficial do Município.

1.36. Fornecimento de serviços e produtos de sensoriamento remoto, compreendendo imagem orbital, imagem aérea e fotografias panorâmicas de fachada de imóveis urbanos.

Fornecimento de imagem orbital

Fornecimento de imagens digitais de satélite ou aerofotogrametrias com alta resolução espacial e elaboração de Birigui - SP digital do terreno visando ao processamento destas por “software” de processamento digital de imagens.

Para isto, as imagens deverão ser coletadas em par estereoscópico, permitindo a geração modelo de superfície, e em seguida a extração das curvas de nível.

a) Características gerais as imagens orbitais:

- Par estereoscópico obtido pelo mesmo sensor, na mesma passagem do satélite, com diferentes angulações;
- Ângulo de coleta > 60°; Resolução Radiométrica: 11bits/pixel por banda, podendo ser entregue em 8 ou 16 bits.
- Resolução espacial final 0,5 m/pixel sendo que a coleta poderá ser de 0,51m até 0,59m e reamostradas para 0,50 m.
- Colorida, modo PSM 4 bandas (RGB + Infra-Vermelho próximo) + banda pancromática;
- Precisão planimétrica de é 3,5 m CE90 e precisão planimétrica de 2,5m ou melhor após a ortoretificação.
- Formato Geo Tiff
- Data comprovada de imageamento com no máximo 90 (noventa) dias anteriores da data de assinatura do contrato;
- Percentual de nuvens de 15% (dez por cento) dentro da área de interesse;
- Projeção : UTM (Universal Transversa de Mercator);
- Datum: SIRGAS 2000.
- As imagens Pancromáticas deverão possuir a resolução nativa de 0,46 m ou melhor a Off.

b) Características Espectrais das Imagens orbitais:

As Bandas Espectrais das Imagens de satélite de Alta Resolução Espacial deverão abranger, no mínimo, o espectro do Azul, Verde, Vermelho, Infravermelho próximo e Pancromático. Sendo que os intervalos espectrais devem atender os seguintes atributos, ou estar inserido nestes:

- Banda Pancromática – 400 a 900 nm;
- Banda Azul – 450 – 520 nm;
- Banda Verde – 500 – 600 nm;
- Banda Vermelho – 610 – 700 nm;
- Banda Infra-vermelho Próximo – 750 – 900 nm.

c) Características Radiométricas

A resolução radiométrica das imagens de satélite de alta resolução espacial deverá ser superior a 8 bits/pixel por banda.

d) Características Geométricas:

- A resolução espacial deverá estar entre 31 (trinta e um) centímetros ou menor para a banda espectral pancromática no nadir e de 2.0 (dois) metros ou menor para as bandas multiespectrais (Azul, Verde, Vermelho e Infravermelho-próximo). O ângulo de elevação do sensor no momento do imageamento deve ser o mais próximo do NADIR (90 graus), não variando mais que 25 (vinte e cinco) graus. Esta observação é importante no sentido de aumentar a precisão no posicionamento dos alvos na superfície.
- O erro circular ao nível de confiança de 90% (CE90) e/ou a raiz quadrada do erro médio quadrático (RMSE) deve ser menor ou igual a 5 metros na planialtimetria. Será necessária a sobreposição das cenas, aquisição de estéreo pares, para proporcionar a possibilidade de estereoscópica e elaboração do MDT com erro circular ao nível de confiança de 90% (CE90) e/ou a raiz quadrada do erro médio quadrático (RMSE) menor ou igual a 2,5 metros na altimetria. Não serão oferecidos pontos de controle no terreno (GCP) por parte da Prefeitura, que possibilitem trabalhos de ortorretificação e correção altimétrica, estes pontos deverão ser coletados pela empresa que for contratada.
- O georeferenciamento das imagens pode ser realizado pelos parâmetros orbitais do satélite desde que atendidas às restrições de CE90 e RMSE já citadas.

e) Características Temporais

As imagens deverão atender obrigatoriamente o prazo MÁXIMO de 90 dias anterior à abertura do certame licitatório ou superior e caso estas não estejam em catálogo, deverá ser realizada a aquisição via programação do satélite a partir da assinatura do contrato de fornecimento das imagens.

f) Cobertura de Nuvens

As imagens não poderão conter mais que 15% (quinze por cento) de cobertura de nuvens e deverá sempre dar preferência à ausência desta, sendo este item de extrema importância para a aceitabilidade das imagens.

g) Projeção e Datum

A projeção das imagens deverá ser UTM (padrão) e Datum WGS 84.

h) Mosaicagem da Área Imageada

Deverá ser entregue obrigatoriamente um mosaico com as imagens de satélite de alta resolução referentes aos trechos estabelecidos no item 8 e do MDT com extração das curvas de nível a cada 2 (dois) metros.

i) Formato de Gravação e tipo de Mídia

O formato das imagens deverá ser obrigatoriamente Geo TIFF, sendo que o Proponente poderá acrescentar outro formato quando achar necessário. As imagens deverão ser entregues - tipo de mídia, em DVD ou FTP.

j) Processamento Digital das Imagens orbitais:

O nível de processamento das imagens deve englobar as seguintes fases e especificações:

- As imagens fusionadas são georreferenciadas e ortorretificadas.
- Todos os produtos entregues deverão ser referenciados ao sistema geodésico SIRGAS 2000.

k). Ortorretificação de cenas

No processo de ortorretificação serão utilizados os arquivos RPC das imagens, pontos de apoio ou de controle determinado em campo com GPS L1/L2, sendo 1 ponto a cada 8 km² e com precisão planialtimétrica melhor que 0.20m. Deverão elaborar-se os croquis de localização com registro fotográfico do ponto, com as coordenadas precisas de cada ponto e informando a precisão obtida.

Os pontos serão selecionados locais bem definidos na imagem e no terreno, facilmente reconhecíveis, e quando possível estarão no solo (altura = 0m)

O Proponente deverá entregar um relatório final da campanha de campo, assim como a metodologia utilizada. Neste processo também será utilizado o modelo digital do terreno gerado a partir do par estereoscópico.

Os resultados deste processo serão cenas na posição ortogonal com precisão cartográfica compatível a escala 1:5.000 Padrão de Exatidão Cartográfica Digital Classe “A”.

l) Equalização e mosaico de cenas

Posteriormente serão equalizados os histogramas de todas as imagens fusionadas, com finalidade de balancear as variações de brilho intenso, áreas escuras e tonalidades diferentes entre cenas. Estas diversificações ocorrem principalmente em função de diferentes datas de rastreamento do sensor. Neste processo aproximam-se as intensidades de cores das cenas ao do mundo real. No

processo de mosaicagem serão geradas as linhas de cortes entre cenas nas áreas de sobreposição. Desta forma será gerando uma imagem única equalizada com atenuação das linhas de cortes entre cenas.

m) Restituição e interpretação de curvas de nível.

As curvas de nível deverão ser restituídas tendo como fonte o par estereoscópico compatível com a escala de 1:5.000, PEC classe A e com equidistância de 2 metros. A extração das curvas será realizada a partir de recobrimento estereoscópico de imagens de alta resolução da área de interesse. Para este serviço deverão ser utilizados equipamentos digitais especializados para restituição fotogramétrica, tais como computadores com placa de vídeo capaz de importar pares estereoscópico, dispositivos e óculos para a observação tridimensional do terreno permitindo a aerotriangulação controlada em 3D, assim como software com finalidades fotogramétricas.

Os pares estereoscópicos dos satélites deverão ser nivelados, tal que permitam extrair as informações da superfície do terreno. Deverá ser considerado um buffer com, aproximadamente, 20 metros a mais da área de interesse para a restituição das curvas, no entanto, na região que exceder a área de interesse, serão restituídas apenas as curvas já iniciadas, ou seja, não serão geradas novas curvas. Este procedimento será realizado para evitar a quebra de curvas e melhorar a qualidade do MDT. Cada linha ou ponto representado deverá conter em seu atributo a elevação do terreno permitindo, posteriormente, gerar modelos em 3ª dimensão da superfície do terreno. Para gerar os arquivos vetoriais das curvas nível e pontos cotados alguns cuidados serão necessários, entre eles:

- As curvas de nível tendem ser quase paralelas entre si;
- Todos os pontos de uma curva de nível se encontram na mesma elevação;
- As curvas de nível jamais se cruzarão, mesmo que elas às vezes, cheguem bastante perto disso nos saltos de água ou despenhadeiros;
- Elas sempre se fecham sobre si mesmas (como um “O”, mas, na maioria das vezes, irregular);
- Em geral as curvas de nível cruzam os cursos de água em forma de “V”, com o vértice apontando para a nascente;
- As curvas de nível formam um “M” acima das confluências fluviais;
- As curvas de nível não são interrompidas a não ser que estejam saindo da área do projeto

n) Geração de MDT

A geração do modelo digital será obtida a partir das curvas de nível extraídas da restituição das curvas de nível, com estas informações será criada uma imagem com diferentes tonalidades, sendo que cada tonalidade representará uma atitude. A resolução do MDT será de 2m.

o) Formato de entrega dos produtos

As áreas a serem consideradas totalizam aproximadamente 130 Km². Os arquivos em formato GeoTIFF contendo os produtos derivados deverão ser entregues em até 30 dias após a coleta de cada lote das imagens.

p) Referências Normativas

Proponente deverá executar os serviços respeitando as seguintes normas técnicas:

- Decreto nº 89.817 de 20 de junho de 1984 que estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional.
- Sistema Geodésico Brasileiro SIRGAS 2000, conforme Decreto Nº 5.334/2005, Decreto Nº 89.817 (nova redação e resolução do IBGE nº 1/2005);

q) Relatórios de desenvolvimento e relatório final:

O Proponente deverá apresentar Relatórios de Acompanhamento do Projeto a cada 30 dias, iniciados a partir da data de assinatura do contrato, que deverão conter as informações referentes ao desenvolvimento do projeto, fases de atividades, dificuldades encontradas e soluções adotadas, e um Relatório Final que deverá conter a síntese de todas as atividades desenvolvidas no período.

r) Disposições Gerais

Para viabilizar a análise e a verificação dos trabalhos em execução e dos respectivos produtos, o Proponente deverá permitir à Prefeitura ou seu preposto, o acesso às suas instalações, equipamentos e demais recursos utilizados para a execução dos serviços.

Todos os materiais e relatórios preliminares ou intermediários aos produtos especificados em cada etapa do projeto deverão ser disponibilizados à Prefeitura, sempre que solicitado, durante o período de vigência do contrato. Ao término do contrato, à Prefeitura o especificará quais os materiais intermediários que lhe serão entregues.

As imagens aéreas (aerofotogrametria – escala 1:1.000) deverão ser entregues a prefeitura ao final do contrato com a devida especificação. Para a execução das atividades serão utilizadas as imagens orbitais, obedecendo-se ao cronograma de atividades estabelecido pela prefeitura.

O enquadramento dos produtos finais segundo a classificação do PEC (Padrão de Exatidão Cartográfica), conforme escala e classe, definido pelo decreto n. 89.817 de 20 de junho de 1984 que define as Normas Técnicas da Cartografia Nacional, será determinado oficialmente pelo órgão competente designado para esta homologação.

Fornecimento de imageamento aéreo:

a) Aquisição de imageamento aéreo deve atender às especificações abaixo.

Elaboração da Base Cartográfica Digital Georreferenciada através de Aerofotogrametria na escala final de 1:1000 e geração de ortofotos na escala 1:1000 para aproximadamente 130 km², compreendendo a área urbana adensada do município, com resolução de pixel ou GSD (Ground

Sample Distance)¹ de 10 cm. A geração das ortofotos deverá ser feita considerando o Modelo Digital do Terreno (MDT) de forma a evitar qualquer tipo de imperfeição nas imagens resultantes.

Geração dos Modelos Digitais de Terreno (MDT) criados por meio da sobreposição entre imagens aéreas; disposição de arquivos digitais de curva de nível com equidistância de 1 metro e curvas mestras com equidistância de 5 metros para aproximadamente 30 km², compreendendo a área urbana do município;

Pós-processamento para geração de Ortofotos e Ortomosaíco Digitais dispostos em recortes com dimensão de 1 km².

b) Informações técnicas da cobertura aérea:

Aerolevantamento com sobreposição longitudinal (entre imagens) de 60% e sobreposição lateral (entre faixas) de 40% para a área urbana adensada (130 km²) processo realizado com câmera métrica, sistema inercial (IMU) e receptor de dupla frequência GNSS embarcado na aeronave na tomada das imagens para melhoria da precisão;

Precisão do sistema para planimetria de até 3,0 x GSD; para altimetria até 4,0 x GSD atendendo ao PEC classe A (Padrão de Exatidão Cartográfica);

Deverão ser realizados Balanceamento e Correção Radiométrica na geração das ortofotos. O software de pós-processamento das imagens deverá ser capaz de corrigir as diferenças de tonalidade entre as fotos e faixas de voo devido a condições atmosféricas e momentos distintos de tomada de fotos. Após o processamento, as diferenças radiométricas entre as ortofotos praticamente não deverão ser perceptíveis a olho nu;

O sistema deverá ser composto por câmera métrica digital, receptor de dupla frequência GNSS, Sistema Inercial, Berço giro-estabilizado ou de correção Azimute e componentes de processamento, gerenciamento e armazenamento de dados, todos embarcados na aeronave;

Resolução radiométrica das imagens originais: 12 bits (4075 tons de cinza)

Todas as informações espaciais, imagens e arquivos digitais disponíveis deverão ser definidos de acordo com os parâmetros de Datum SIRGAS2000 e Projeção Cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM).

c) A aeronave para voo deverá:

Ser homologada para a tomada de fotografias aéreas métricas, junto ao Ministério da Defesa (Decreto Lei nº 234/67 e Decreto nº 89.817/84); Possuir piloto automático; Possuir sistema GPS para a orientação da aeronave de acordo com o plano de voo; Estar equipada com o planejamento do voo em meio digital; Possuir sistema GPS/GNSS de dupla frequência para voo apoiado integrado à câmera aerofotogramétrica para registro do evento no momento da tomada

¹ Ground Sample Distance - por definição, é o tamanho do menor elemento da imagem, pixel, no terreno)

da imagem; Possuir sistema inercial (INS/IMU) e GPS/GNSS integrado à câmera e aeronave para registros dos dados de altitude de câmera e aeronave; Possuir instalações de antena GPS/GNSS e INS/IMU integrados à câmera; Possuir sistema de gerenciamento, registro e armazenamento dos dados do voo; Estar equipada com sistema de gerenciamento de voo (FMS) e apresentar plano de voo, dados e informações das estações de base GPS/GNSS de dupla frequência L1 e L2, utilizados na cobertura da aérea.

A empresa contratada poderá, caso não possua a aeronave, subcontratar esse serviço, desde que atenda as especificações.

d) Dos produtos e serviços a serem entregues:

d1. Cobertura Aérea

Uma coleção de Ortofotos digitais RGB em formato TIFF gravadas em DVD das áreas urbanas adensadas (130 km²) com GSD de 12 cm e compatível com escala de mapeamento de 1:1000.

Mosaico dessas fotos municipais ortorretificadas, em um sistema que permita consulta (visualização, zoom, movimentação da imagem na tela e outros);

Um arquivo vetorial digital em formato (*.DWG) gravado em DVD contendo as curvas de nível extraídas do Birigui - SP Digital de Terreno (MDT) com equidistância de 1 metro e curvas de nível com equidistância de 5 metros, relacionadas à área urbana com GSD de 12 cm e compatível com a escala 1:1000.

d.2. Especificações legais

Os produtos entregues deverão estar em conformidade com o ARTIGO 13, parágrafo único, item III do DECRETO nº 2278 de Julho de 1997.

Fornecimento de fotos frontais de edificações

Fornecimento de fotos frontais de edificações, geradas de forma a possibilitar, quando possível, vistas ortogonais e oblíquas dos imóveis urbanos dos dois lados dos arruamentos (direito e esquerdo). A confecção de fotos serão efetuadas sem nenhum contato com moradores, ou seja, estas deverão ser geradas pela vista frontal dos arruamentos e em caso de muros altos o que for possível visualizar externamente. A PROPONENTE deverá ainda gerar fotos frontais dos imóveis conforme especificações a seguir:

- As fotos frontais das edificações deverão ser geradas exclusivamente para a finalidade prevista neste edital para, após edições especiais, serem anexadas ao SIG, com no mínimo 1 (uma) foto por imóvel.
- Estas deverão ser geradas de forma a possibilitar, quando possível, vistas ortogonais e oblíquas dos imóveis dos dois lados direito e esquerdo dos arruamentos.

- Para a confecção dessas fotos, não deverá ser previsto nenhum contato com moradores, ou seja, estes deverão ser gerados pela vista frontal dos arruamentos e em caso de muros altos o que for possível visualizar externamente.

A PROPONENTE deverá estar preparada e capacitada para produzir fotos frontais que forneçam informações tais como:

- Edificações em construção;
- Classificação dos imóveis quanto ao padrão de construção;
- Classificação mobiliária dos imóveis como residência, comércio, indústria;
- Divisas com vizinhanças (quando possível);
- Presença ou não de guias e calçadas;
- Tipo de pavimentação;
- Tipo de construção (térrea, sobrado, subsolo, edifício);
- Idade aparente da construção.

a) Características Técnicas das Fotos:

- Fotos com 2 Megapixel de resolução;
- Ângulo de abertura das imagens de até 170°;
- GPS de alta precisão, no máximo 1 metro;
- Fotos em formato de saída JPEG.

1.37. Atualização da Planta Genérica de Valores.

Serviços de elaboração da PGV com uso do software, apoiado sob sistema de informações geográficas (SIG), com funcionalidades para o registro de valor venal de imóvel obtido em pesquisas junto ao mercado imobiliário, para a fixação de valor venal por zona da PGV, com possibilidade de diferenciação de valores por corredores (logradouro público) e face de quadra, além da possibilidade de atribuição automática de valor venal para imóveis a partir de atributos do padrão construtivo e dispositivo para simulação do impacto de alíquotas diferenciada do IPTU em razão da localização e uso do imóvel.

O proponente deverá subdividir o espaço territorial do Município em Zonas de Valor, considerando com uma mesma Zona de Valor aquela cujas regiões com semelhantes características urbanísticas e socioeconômicas. Através da interface do aplicativo, o PROPONENTE deve atribuir a cada inscrição imobiliária o código Zona de Valor correspondente. A partir do interface de Cadastro de Zonas de Valor, deverá ser editado na Cartografia Digital do Município um objeto vetorial para cada Zona de Valor Cadastrada.

ARQUITETURA PADRÃO DO MUNICÍPIO

Os sistemas em uso na PREFEITURA devem aderir à Arquitetura Referencial de Integração estabelecida, obedecendo as seguintes normas:

- Arquitetura e-PING (<http://www.eping.e.gov.br>).
- Características da interoperabilidade entre o Cadastro Técnico Multifinalitário e os demais sistemas informatizados em uso no Município:
 - Através do web service, os sistemas municipais se integrarão ao Cadastro Técnico Multifinalitário.
 - O meio físico de comunicação utilizado será a Internet, com o uso do protocolo SSL – Secure Sockets Layer.
 - A troca de mensagens entre o web service e os sistemas municipais será realizada no padrão SOAP, com troca de mensagens XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal, wrapped (<http://www.w3.org/TR/soap>)
 - O WSDL será o padrão para descrição de serviços SOAP (<http://www.w3.org/TR/wsdl>).
 - As chamadas aos serviços serão feitas enviando como parâmetro um documento XML a ser processado.
 - Todos os documentos XML enviados como parâmetro da chamada ao serviço serão assinados digitalmente, no formato enveloped, pelo servidor público usuário dos sistemas municipais. (<http://www.w3.org/TR/xmlsig-core>).
 - Os certificados digitais utilizados deverão ser emitidos por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, dos tipos A1 e A3 (<http://www.it.gov.br>).
 - Para garantir a integridade das informações, todos os documentos XML enviados como parâmetro da chamada ao serviço serão validados pela linguagem de Schema do XML (XSD - XML Schema Definition).
 - A PROPONENTE deverá manter ambiente para publicação da documentação técnica (layout, arquivos XSD, Birigui - SPs XML, entre outros) para download das empresas fornecedoras de sistemas informatizados.
 - Somente após a homologação das informações corporativas pela Central de Atendimento, essas serão disponibilizadas a todos os sistemas municipais através do web service.

GARANTIA

Ao final do contrato, não havendo interesse na renovação por parte da PREFEITURA, a PROPONENTE deverá garantir, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da expiração do contrato:

- A continuidade da operação do sistema, assim compreendido o ambiente tecnológico, a base de dados do CTM, a camada de webservices para interoperabilidade e as licenças de todos os sistemas contratados através desse Termo de Referência.
- A continuidade da operação da Central de Atendimento ao Cidadão compreendendo a parte de infraestrutura física e tecnológica mínima necessária para a continuidade do serviço até a reestruturação da Central pelo novo responsável pelo serviço.
- Fornecimento dos dados do CTM no layout estabelecido em comum acordo com a PREFEITURA, em formato txt, na condição de atualização e completitude à data da expiração do contrato, com respectivo dicionário de dados.
- Fornecimento, em meio digital, da documentação referente a camada de webservices implantada, na condição de atualização à data da expiração do contrato.
- Fornecimento, em meio digital, da documentação dos processos implantados na Central de Atendimento ao Cidadão, na condição de atualização à data da expiração do contrato.
- Suporte remoto à PREFEITURA para esclarecimentos de dúvidas quanto aos arquivos e dados disponibilizados, relacionados nos itens anteriores, de forma a reduzir o esforço de migração para novo ambiente.

A PROPONENTE deverá proceder às entregas mediante protocolo, reservado o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a manifestação motivada da PREFEITURA em relação a eventual inadequação no cumprimento da obrigação. Não havendo manifestação fundamentada contrária, dar-se-á por resolvida a obrigação da garantia pela PROPONENTE.

IMPLANTAÇÃO

A PROPONENTE deverá realizar a implantação dos sistemas na forma que segue:

- Planejamento das atividades - A PREFEITURA designará servidores municipais das áreas relacionadas ao objeto para, em conjunto com técnicos da PROPONENTE, proceder à definição do cronograma de implantação, conteúdo programático para o treinamento e disponibilização dos módulos contratados. O Planejamento deverá contemplar todas as atividades a serem realizadas durante a vigência do Contrato permitindo a geração de Ordem de Serviço Inicial.
- Os serviços contratados serão iniciados após a emissão da Ordem de Serviço Inicial, na qual estarão definidos os prazos e serviços contratados.
- A implantação dos sistemas contratados deverá ocorrer em período não superior a 120 (cento e vinte) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial, e será executada conforme cronograma elaborado pela PREFEITURA e PROPONENTE na fase de Planejamento das atividades.

- Os servidores municipais designados para Fase de Planejamento responsabilizar-se-ão pelo apoio aos técnicos da PROPONENTE para implantação do sistema, bem como gerir o sistema após sua implantação.
- Fornecimento e instalação dos módulos - A PROPONENTE deverá disponibilizar os módulos adquiridos no ambiente tecnológico alocado, observadas as especificações mínimas para o funcionamento do sistema nas condições da contratação. A PROPONENTE deverá fornecer aos técnicos da PREFEITURA todas as informações solicitadas relativas ao ambiente operacional disponibilizado.
- Conversão dos dados - A PROPONENTE deverá proceder à análise da legislação vigente e conversão dos dados legados, na forma do item 7.1.1.
- Parametrizações, customizações e adequação do sistema aos processos de trabalho - Deverão ser realizadas todas as customizações e parametrizações a fim de adequar o sistema aos dispositivos legais e processos de trabalho. As simulações serão realizadas pela PROPONENTE em conjunto com os técnicos da PREFEITURA, a fim de demonstrar o perfeito funcionamento do sistema, antes de sua divulgação.
- Treinamento de Usuários - Como parte integrante do processo de implantação, a PROPONENTE deverá ministrar treinamentos aos usuários do sistema, respeitando as condições estabelecidas nos itens 1.40 e 1.41
- Liberação e Testes Finais - Superadas os testes de funcionamento do sistema, a PREFEITURA deverá retirar de circulação os mecanismos e processos legados abrangidos pelo sistema. A implantação do Sistema observará o roteiro abaixo.

1.38. Análise da Legislação Vigente Aplicável

A PREFEITURA disponibilizará à PROPONENTE a legislação do Município aplicável às funcionalidades do sistema, bem como as regras de negócio a fim de permitir customizações, parametrização e configurações necessárias para adequação às características locais e ao correto funcionamento dos sistemas ofertados, contemplando as seguintes atividades:

- A PREFEITURA fornecerá à PROPONENTE a legislação vigente relacionada ao sistema informatizado, incluindo Código Tributário Municipal, Legislação Urbanística, Leis Complementares, Decretos e Atos normativos.
- A PREFEITURA fornecerá à PROPONENTE documento contendo detalhamento das regras de negócio a serem implementadas no sistema informatizado, considerando, em especial, as regras para tributação de receitas imobiliárias e mobiliárias, procedimento para abertura, alteração e encerramento de inscrições mobiliárias, procedimento para desdobro e remembramento de imóveis, concessão de habite-se, constituição de inscrições imobiliárias e outras operações correlatas.

- As dúvidas e questionamentos deverão ser dirimidos em reunião entre os técnicos da PROPONENTE e os servidores municipais.
- A PREFEITURA elaborará os atos normativos que se fizerem necessários para a consecução do objeto contratado com apoio da PROPONENTE.

1.39. Manuais de Orientação

Para a plena utilização do sistema pelos servidores públicos e cidadãos em geral, a PROPONENTE deverá fornecer manual de orientação, em idioma português, em número de 02 cópias, em papel de boa qualidade, encadernada, com fotos, desenhos, diagramas e fluxogramas em perfeita condições de visualização e de fácil entendimento.

O manual de orientação aos usuários deverá ainda ser disponibilizado para a PREFEITURA em mídia eletrônica, sendo os custos para impressão e divulgação deste de responsabilidade exclusiva da PREFEITURA.

As eventuais solicitações da PREFEITURA para alteração no modelo ou conteúdo do manual de orientação deverão ser encaminhadas em até 30 dias da entrega pela PROPONENTE, a fim de não prejudicar o cronograma de implantação.

1.40. Treinamento Dirigido Aos Servidores Municipais

O treinamento dos servidores municipais será realizado nas dependências da PREFEITURA, em ambiente próprio, com a infraestrutura necessária, cabendo a PROPONENTE o fornecimento de materiais específicos ao treinamento, que deverá, obrigatoriamente, contemplar as seguintes atividades:

- A PREFEITURA designará os servidores municipais que serão treinados para uso dos sistemas e disponibilizará o local para realização do mesmo;
- A PREFEITURA informará, previamente, à PROPONENTE o nível de acesso aos sistemas a ser concedido a cada usuário;
- Durante a vigência do contrato, a PROPONENTE deverá oferecer 80 (oitenta) horas de treinamento em módulos de no mínimo 4 (quatro) horas e máximo de 10 (dez) participantes, observadas as condições seguintes:
 - Serão treinados para uso dos sistemas tantos servidores quanto se fizerem necessários, respeitando-se os limites quantitativos de horas e composição dos grupos de treinamento;
 - Os treinamentos serão distribuídos de acordo com o cronograma elaborado na fase de planejamento, devendo ocorrer durante a implantação e na constância do contrato quando solicitado pela PREFEITURA.
 - Todo treinamento deverá ser agendado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

- Deverá ser realizado pela PROPONENTE treinamento para reciclagem dos usuários do sistema com o objetivo de nivelar o conhecimento, garantir a certificação dos processos vigentes e orientar a adequada utilização dos sistemas implantados, observada a periodicidade mínima de uma vez ao ano, devendo se repetir na hipótese de aditamento contratual.
- O treinamento será acompanhado, obrigatoriamente, por servidor público designado pela PREFEITURA que atestará a sua realização na forma do conteúdo programático aprovado pela PREFEITURA na fase de planejamento e firmará conjuntamente com a PROPONENTE o certificado de aproveitamento.
- Será fornecido pela PROPONENTE certificado de aproveitamento aos participantes que atingirem o índice mínimo de aproveitamento estabelecido no conteúdo programático, no qual deverá constar a carga horária, o período em que foi realizado, o índice de aproveitamento e a senha individual para acesso aos sistemas informatizados fornecidos.

1.41. Treinamento Dirigido Aos Usuários Externos Do Sistema

A PROPONENTE deverá realizar, em local e horário determinado pela PREFEITURA, palestras para apresentação e divulgação dos sistemas aos usuários externos (cidadãos, entidades da sociedade civil e convidados pela PREFEITURA), com adequação do conteúdo programático ao respectivo perfil do público alvo, em número de 05 palestras, devendo se repetir na hipótese de aditamento contratual.

A PROPONENTE deverá fornecer o material utilizado para a apresentação dos sistemas relacionados aos itens acima, em meio digital, sendo os custos para impressão e divulgação deste de responsabilidade exclusiva da PREFEITURA. As eventuais solicitações da PREFEITURA para alteração no conteúdo da apresentação deverão ser encaminhadas em até 30 dias da entrega pela PROPONENTE, a fim de não prejudicar o cronograma de palestras.

1.42. Operação Assistida

Compreende os serviços necessários ao adequado funcionamento dos sistemas durante a vigência do contrato. Para tanto, a PROPONENTE deverá manter, em sua sede, equipe técnica alocada ao desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas.

A operação assistida dos sistemas poderá ocorrer em dois níveis: ações corretiva e ações evolutiva.

1.43. Ação Corretiva

Esta modalidade visa corrigir defeitos do sistema implantado ou erros causados em atividades realizadas pelos técnicos da PROPONENTE, relacionados a:

- Funcionalidades do sistema;
- Desenvolvimento do sistema;
- Implementação ou instalação do sistema;
- Conversões de bases de dados;
- Problemas causados por interpretação de maneira total ou parcialmente incorreta de orientações, regras de negócio, fórmulas de cálculos e outros fatores que influenciam nos resultados, usos e parametrizações do sistema.

Todas as situações acima deverão ser encaminhadas via sistema de ordem de serviços eletrônica pela PREFEITURA à PROPONENTE. As ações para a resolução dos defeitos e erros contemplados nesta modalidade de manutenção serão operadas remotamente e, em caso de necessidade, deverá haver o deslocamento do técnico às instalações da PREFEITURA. A ação corretiva será realizada sem custos para a PREFEITURA.

1.44. Customização

Durante a fase de implantação, os sistemas deverão ser adaptados para atender a legislação e as funcionalidades descritas neste Termo de Referência. As interfaces de acesso aos usuários externos e os documentos oficiais emitidos pelo sistema deverão ser customizadas a fim de contemplar os símbolos oficiais do Município, garantindo a manutenção do padrão visual da PREFEITURA.

SUPORTE TÉCNICO À PREFEITURA

1.45. Suporte Técnico Via Telefone

A PROPONENTE deverá disponibilizar serviço de suporte técnico via telefone com o objetivo de atender e fornecer esclarecimentos aos usuários internos (servidores públicos) da PREFEITURA, em horário comercial das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, disponível contato com equipe técnica especializada durante todo o período contratual.

1.46. Suporte Técnico Via Sistema De Ordem De Serviços Eletrônica

A PROPONENTE deverá disponibilizar durante a vigência do contrato, em tempo integral, inclusive sábados, domingos e feriados, Sistema de Abertura e Controle de Ordem de Serviços via WEB. O sistema disponibilizado deverá conter dispositivo para anexação de documentos, permitindo ao usuário ilustrar suas dúvidas, problemas e solicitações.

1.47. Suporte Técnico Remoto

Os recursos humanos em quantidade e qualidade suficiente serão disponibilizados na sede da PROPONENTE para suporte técnico remoto ao ambiente instalado, disponível em horário comercial (2^a. a 6^a. feira das 08h00 às 18h00).

1.48. Do Relatório De Atividades

A PROPONENTE deverá manter relatórios de atividades para acompanhamento diário dos serviços executados, via internet, com possibilidade de acompanhamento e disponibilidade 24x7 (vinte e quatro hora sete dias por semana), com acesso restrito e protegido por senha. As informações deverão ser apresentadas com dados qualitativos sobre a execução do cronograma de atividades, por meio de gráficos, tabelas, relatórios dentre outros disponibilizados, via web e/ou intranet.

DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho deverá compreender todas as fases de execução do planejamento técnico, incluindo as etapas de execução, recursos humanos e materiais, cronograma de execução, indicando quadro de sequenciamento de atividades, controle e encerramento, inclusive com indicadores para aferição da quantidade e qualidade dos serviços prestados, e deverá ser elaborado a partir do levantamento do acervo a ser tratado, existentes no CONTRATANTE.

O plano de trabalho, em atendimento ao escopo dos serviços a serem prestados, deverá ser apresentado pela empresa PROPONENTE de forma clara e objetiva, para que se possa ter um perfeito entendimento de seu conteúdo e da programação para o desenvolvimento das etapas nele contida, cuja elaboração deverá ser subsidiada por informações contidas no diagnóstico situacional, devidamente assinada pelo gestor de projetos com treinamento, e que contenha:

- Cronograma físico-financeiro;
- Descrição de todas as atividades a serem desenvolvida em cada etapa;
- Implantação dos sistemas informatizados
- Treinamento;
- Indicação dos produtos finais relativos à cada etapa;
- Indicação de recursos humanos alocados em cada etapa;
- Indicação de recursos materiais alocados em cada etapa;

1.49. Da Elaboração E Apresentação De Cronograma De Atividades

O cronograma de atividades deverá ser apresentado pela PROPONENTE e elaborado de acordo com as etapas estabelecidas por meio do plano de trabalho, deverá ser aprovado pela PREFEITURA e deverá prever a execução dos serviços em no máximo 12 meses e os produtos

finais esperados para cada fase para aferição da compatibilidade da proposta com o Termo de Referência.

O cronograma de atividades somente poderá ser implementado após a avaliação e aceitação pelo Gestor do contrato e servirá de parâmetro para o acompanhamento da execução dos serviços a serem prestados e orientação dos desembolsos a serem efetuados.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:

Com o intuito de garantir a capacitação técnica da Licitante de fornecer a solução, a empresa vencedora da fase de lances do certame deverá por meio de atestado(s):

Licenciamento de Sistema Integrado de Gestão das informações Web Georeferenciado, com funcionalidades descritas no ANEXO XI –ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS.

- Interoperação com outros sistemas utilizando camada de web services - arquitetura SOA - com as características especificadas no item - ARQUITETURA PADRÃO DO MUNICÍPIO.
- Elaboração de Base Digital Cartográfica com as características especificadas no item - Mapa Urbano Básico - MUB.

Os atestados devem ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

Os atestados referir-se-ão a contratos já decorridos de no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato; e

A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

A licitante deverá apresentar, ainda:

- Certidão de Registro da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo Conselho Regional de sua área de atuação;
- As licenças de softwares aplicativos deverão ser nominais ao Município de Birigui - SP-SP, não sendo aceitas Licenças em nome de terceiros.
- A versão dos softwares aplicativos fornecidos e demais licenças deverão ser a mais recente quando da entrega das mesmas, sendo a versão, descrita neste documento, à mínima aceitável na falta de outra mais recente.

O profissional de nível superior, a ser designado como responsável técnico pelos serviços prestados, deverá, estar plenamente familiarizado com a legislação vigente, com os instrumentos de gestão, com as normas internas da PREFEITURA, bem como com a Legislação Nacional em vigor. O responsável técnico, além das atividades técnicas contidas neste Termo de Referência, responderá pelas seguintes atribuições:

- Zelar pelo início da prestação dos serviços dentro do prazo acordado.
- Administrar, coordenar e avaliar o andamento dos trabalhos, recursos humanos e materiais;
- Elaborar relatórios demonstrando a execução do cronograma de atividades;
- Elaborar relatórios de controle de qualidade das atividades realizadas;
- Participar de reuniões de trabalho agendadas pelos gestores do Contrato;
- Adotar todos os procedimentos técnicos, de segurança e demais regulamentações que venham a ser solicitado pelos gestores contratuais, durante o período da prestação do serviço;
- Zelar para que todos os recursos humanos alocados utilizem os materiais necessários à segurança durante a execução do trabalho;
- Informar por escrito, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que o impossibilite de cumprir qualquer das atividades estabelecidas em cronograma;
- Informar imediatamente ao agente fiscalizador do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução dos serviços contratado;
- Zelar para que os serviços sejam prestados sem interrupção, a fim de que todos os prazos avençados sejam rigorosamente cumpridos;
- Substituir qualquer integrante da equipe técnica designada para a prestação dos serviços, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais e/ou inconvenientes;
- Prestar às informações e os esclarecimentos solicitados pelo agente fiscalizador do contrato.

CONDIÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações obtidas ou extraídas pela PROPONENTE quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais por seus colaboradores, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a PROPONENTE zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

A PROPONENTE deverá restituir imediatamente ao CONTRATANTE, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação confidencial do CONTRATANTE. Para efeito do cumprimento das condições de confidencialidade estabelecidas, a PROPONENTE exigirá de todos os seus empregados, colaboradores ou prestadores de serviços que façam parte, a qualquer título, da equipe executante do Objeto deste Termo de Referência, a assinatura de TERMO DE CONFIDENCIALIDADE – ANEXO X, onde signatário declara-se, sob as penas da

lei, ciente das obrigações assumidas pela PROPONENTE e solidário no fiel cumprimento das mesmas.

DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

É responsabilidade da PROPONENTE a execução dos serviços em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas contidas no edital e seus anexos, bem como em suas propostas técnica e comercial, assumindo integralmente as seguintes obrigações:

São obrigações da empresa PROPONENTE, além daquelas dispostas em lei e decretos, bem como, as normas regulamentadoras da atividade, aquelas dispostas no Edital de Licitação e na legislação pertinente:

- A PROPONENTE deverá comunicar ao contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- A PROPONENTE deverá manter durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- A PROPONENTE se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato;
- A PROPONENTE deverá assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais e fiscais relativamente aos seus empregados;
- A PROPONENTE deverá assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultante da adjudicação deste Termo de Referência;
- A PROPONENTE deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedam o prazo de vencimento da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- A PROPONENTE deverá reparar corrigir, remover, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o solicitado, devendo providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;
-

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Proporcionar todas as condições para que a PROPONENTE possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste contrato e em sua proposta;
- Supervisionar a execução dos serviços por intermédio de setor competente;
- Requisitar à empresa PROPONENTE os serviços através de documento próprio;

- Notificar a PROPONENTE, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções, previstas em Contrato;
- Notificar, por escrito, à PROPONENTE toda e qualquer ocorrência relacionada ao contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para a sua correção;
- Comunicar à empresa PROPONENTE toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- Efetuar o pagamento à empresa PROPONENTE até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de cada parcela dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal;
- Informar os acervos prioritários para iniciar o processamento dos documentos;
- Publicar os atos normativos necessários para o bom andamento do projeto;
- Encaminhar ao Legislativos as mensagens de Lei necessárias para normatizar os procedimentos de gestão eletrônica de documentos na PREFEITURA de Birigui - SP.

DA FASE DE INSERÇÃO DA PROPONENTE

A fase de inserção consiste na realização de uma reunião com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca da estrutura organizacional da PREFEITURA Municipal de Birigui - SP e do ambiente tecnológico utilizado pela PREFEITURA. Consiste ainda:

- Na reunião inicial de abertura dos trabalhos, a PREFEITURA irá orientar a PROPONENTE com relação às normas e padrões praticados;
- A PROPONENTE deverá iniciar o processo de inserção no ambiente da PREFEITURA no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato;
- O período máximo para inserção será de 10 (dez) dias. A partir desse período a PROPONENTE não poderá alegar dificuldade no entendimento do ambiente ou das características dos projetos da PREFEITURA para justificar atraso ou descumprimento dos níveis mínimos de serviços estabelecidos neste Termo de Referência;
- A PROPONENTE deverá providenciar a assinatura do Termo de Confidencialidade e a listagem de todos os funcionários que irão atuar no plano de inserção;
- A PREFEITURA providenciará o cadastro dos usuários no ambiente de TI e nos serviços necessários para execução dos serviços previstos no contrato conforme listagem encaminhada pela PROPONENTE.

ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ao término do contrato, a PROPONENTE se obriga a garantir a atualização da versão dos sistemas pelo prazo de 1 (Hum) ano. No caso de rescisão contratual, conforme previsto na Lei

8.666/93, a PROPONENTE obrigará-se a prestar toda a assistência necessária por um período de até 03 (três) meses, a partir da notificação de encerramento do contrato, para que os serviços sejam repassados ao PREFEITURA com vistas a garantir a disponibilidade e evitar a sua interrupção.

A PROPONENTE deverá elaborar até os 03 (três) meses a que se refere o subitem anterior, um Plano de Transição Contratual que deverá contemplar todas as atividades necessárias ao repasse das informações necessárias para a continuidade dos serviços.

A proposta do Plano de Transição Contratual será validada pelo PREFEITURA e qualquer alteração será comunicada à PROPONENTE. A falta de elaboração do Plano de Transição, retenção de qualquer informação que impacte no processo de transição contratual ou qualquer outra atitude da empresa PROPONENTE que venha a prejudicar o andamento da transição das tarefas e serviços, será considerada como falha na execução do serviço e incidirão as penalidades e multas constantes neste Termo de Referência.

A PREFEITURA reserva-se o direito de extinguir ou reduzir o período de transição contratual supracitados.

PROVA DE CONCEITO

A Prova de Conceito (POC) representa a execução de um conjunto pré-definido de verificações quanto ao conhecimento dos serviços descritos neste Termo de Referência, com o objetivo de determinar o nível de conhecimento da Licitante, nos serviços ofertados, de acordo com o Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 1.984/2008 – Plenário.

O licitante vencedor na etapa de lances e provisoriamente habilitado poderá ser submetido a Diligência e Prova de Conceito, afim de verificar se todas as exigências técnicas e demais requisitos obrigatórios, contidos no Termo de Referência estão plenamente atendidas.

A prova de conceito será realizada por meio de demonstração de que as soluções de Tecnologia ofertadas estão aderentes às especificações do Termo de Referência.

A Empresa vencedora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para realizar a demonstração dos sistemas envolvidos comprovando que estes estão aderentes às especificações do ANEXO XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS PARA A SOLUÇÃO A SER FORNECIDA.

Após a realização da prova de conceitos da solução, a sessão do pregão será retomada para:

- Em caso de aprovação, adjudicação;
- Em caso de reprovação, o pregoeiro chamará a oferta subsequente para negociação e obtenção de melhor preço;

- Após a negociação, o Pregoeiro agendará a demonstração da solução até a apuração de uma proposta que atenda as exigências do objeto licitado, sendo o respectivo PROPONENTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.

GARANTIA CONTRATUAL

O PREFEITURA Municipal de Birigui - SP exigirá da PROPONENTE, **antes da publicação do** contrato, prestação de garantia pela execução das obrigações assumidas, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- Seguro – Garantia; Fiança bancária.
- A garantia corresponderá a 5% do valor anual estimado do contrato.

A garantia prestada pela PROPONENTE será liberada ou restituída após o término do contrato, caso não haja pendências, observado o disposto no art.56, parágrafo 4º, da Lei nº8.666/93, se for o caso. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, a PROPONENTE se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48 horas, a contar da data em que for notificada pelo contratante.

Quando se tratar de caução em dinheiro, a PROPONENTE fará o devido recolhimento em entidade bancária e conta indicada pelo CONTRATANTE. Em caso de fiança bancária, deverá constar do instrumento a renúncia, expressa pelo fiador, dos benefícios previstos nos Artigos 827 e 835 do Código Civil.

VISTORIA TÉCNICA

Os licitantes poderão realizar vistoria técnica nas dependências da PREFEITURA Municipal de Birigui - SP para ciência quanto às peculiaridades do ambiente operacional e técnico onde serão executados os serviços previstos neste Termo de Referência.

A vistoria será agendada para todos os licitantes na Secretaria de Finanças, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis antes da abertura do certame, por meio do telefone (18)3643-6140. Após a vistoria, será fornecida uma declaração de que o licitante encontra-se ciente e de acordo com as condições do serviço a ser executado.

O processo de vistoria deverá ser conduzido por Responsável Técnico devidamente indicado pelo licitante através de documento reconhecido em cartório, de forma que a empresa fique tecnicamente ciente e certificada que seus profissionais habilitados visitaram as instalações da PREFEITURA Municipal de Birigui - SP, tomaram conhecimento dos serviços a serem realizados e dos aspectos técnicos a serem considerados em sua execução nas características, exigências e competências descritas no edital, não sendo admitidas, em hipótese alguma,

alegações posteriores de desconhecimento do ambiente tecnológico e dos serviços demandados, e de dificuldades técnicas não previstas.

O responsável técnico entregará a PREFEITURA, no ato da vistoria, para que conste do processo, a original do documento onde a empresa o nomeia como representante técnico hábil a realizar a vistoria. O documento de nomeação deverá, necessariamente, fazer menção ao número do pregão e da PREFEITURA Municipal de Birigui - SP.

A Declaração será emitida em duas vias, sendo uma entregue ao licitante e outra anexada ao processo administrativo da licitação. O licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer necessidades quanto à prestação dos serviços.